

ASSUMIR

BOLETIM NACIONAL DA ACO

Ano VI • janeiro a abril/85 • nº 11

DESAFIO AOS SINDICATOS E PERSPECTIVAS



ASSUMIR

(Distribuição interna)

BOLETIM FORMATIVO
E INFORMATIVO
DA ACO

VINCULADA
AO SETOR LEIGOS
LINHA I -- CNBB

ENDEREÇO
PARA PEDIDOS:

RUA DO CHICHORRO, 62 (SOBRADO)
BAIRRO CATUMBI
CEP 20211 -- RIO DE JANEIRO -- RJ
TEL.: 242-7732



LEIA, REFLITA E DIVULGUE

ÍNDICE

- EDITORIAL
- Reflexão Bíblica
... de volta para nossa terra
– Mario Aquino
- Perspectiva do novo sindicalismo
no Brasil
– Edilberto Sales
- Liberdade e autonomia sindical
– Abdias J. dos Santos
- Os trabalhadores e a Constituinte
- R.V.O. sobre engajamento
sindical
– Lázaro S. Ferreira
- R.V.O. sobre sindicalismo
– Lázaro S. Ferreira
- Visita dos liberados
- 5º Congresso Nacional das
Empregadas Domésticas no Brasil
(Olinda/PE)
- Dívida externa, FMI e moratória
(Contribuição do CEDAC)
- Convenção 87 – OIT
- 1º de Maio
- ACO INFORMA
- NOTÍCIAS DA IGREJA
- NOTÍCIAS SINDICAIS
- NOTÍCIAS INTERNACIONAIS



EDITORIAL

Neste número do Assumir os artigos do Edilberto e do Abdias nos dão a posição dos trabalhadores frente ao Pacto Social anunciado e da mudança na Legislação Trabalhista.

O documento da CUT "Trabalhadores e a Constituinte" mostra a importância de nossa participação na Constituinte para garantir que a nova Constituição esteja de acordo com as aspirações de liberdade e autonomia sindicais.

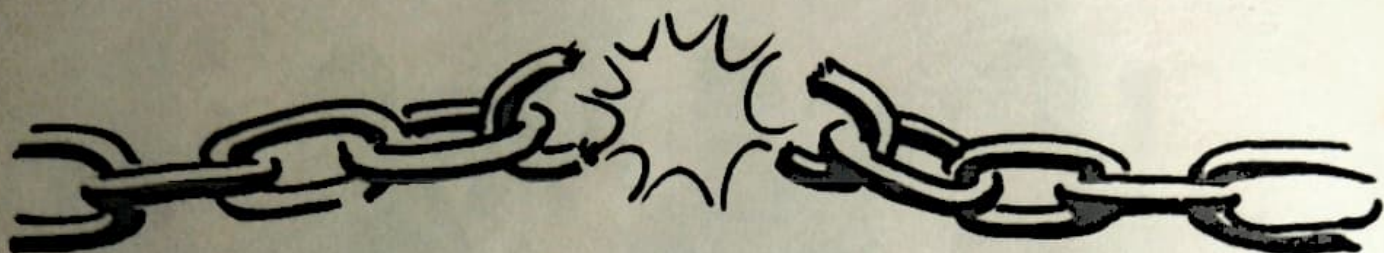
Os informes sobre dívida externa e FMI indicam que a raiz da crise atual do país é internacional.

As notícias sobre lutas sindicais, populares ou da ACO, revelam a variedade de assuntos do Boletim.

Sua colaboração com notícias e artigos para o Assumir fazem crescer a comunicação dentro do movimento e fortalecem o apoio mútuo.

Suas críticas e sugestões ajudam a melhorar.

Neste, por exemplo, os artigos são curtinhas, conforme foi sugerido.



REFLEXÃO BÍBLICA

... DE VOLTA PARA NOSSA TERRA

Mario Aquino

Por muitos anos, ou em muitos ambientes, palavras como espiritualidade, mística, místico, tinham um sentido pejorativo e alienante.

Ao místico normalmente se associava o alienado, ao espiritualista, uma pessoa fora da realidade.

Os cristãos, que tinham uma preocupação social mais profunda, que procuram ir à raiz dos problemas (político, sindical, popular), normalmente eram ou são associados a pessoas sem espiritualidade e até materialistas.

Vamos refletir um pouco o sentido da palavra espiritualidade.

Esse artigo pretende dar uma rápida pincelada no assunto, que deverá ser aprofundado no movimento.

Mas, o que é espiritualidade?

Normalmente, espiritualidade é a busca de um estilo ou sentido para a vida que esteja baseada na Ação do Espírito Santo na vida de cada um de nós e do povo trabalhador.

Isto é, no dizer de São Paulo, "viver segundo o Espírito" (Rm. 8,4).

Para viver segundo o Espírito, nós temos que estar abertos para o que o Espírito está dizendo à sua Igreja hoje.

Na verdade, sabemos que o papel da Igreja no mundo é estar aberta àquilo que o Espírito lhe diz e dar respostas eficazes e concretas a essas revelações.

Hoje, na América Latina, o Espírito diz à Igreja toda: opção pelos pobres.

É a partir da opção pelos pobres que poderemos hoje viver concretamente aquilo que o Espírito sopra para a Igreja. Dentro da ACO essa experiência é muito forte.

Para o militante ou equipe de base da ACO, a sua ação para transformar o mundo injusto e desumano que vivemos num mundo de justiça e humanidade é garantida pela presença do Espírito Santo no meio do povo pobre e trabalhador que sofre as consequências dessa sociedade injusta.

É muito marcante a experiência da presença do Espírito dentro das ações e lutas da classe operária. Essa experiência vai desde pequenas ações de organização no bairro, fábrica, sindicato, grupo de mulheres, até grandes demonstrações de força dos trabalhadores, como greves, passeatas, manifestações...

Pela nossa ação organizada, estamos sendo instrumentos de ação do Espírito Santo na transformação da sociedade e apontando para a construção do Reino, obra suprema e definitiva do Pai.

Não confundamos transformação da sociedade ou sociedade nova, com o Reino de Deus, mas saibamos que o

Reino não se constrói fora da nossa ação na história.

É o Espírito que envia (Is. 61,1 / Lc. 4,18) a cada um de nós e ao povo para agirmos no mundo.

Essa ação, a exemplo da ação de Jesus Cristo, é sempre de libertação e de retirar o homem de tudo o que o impede de ser livre e filho de Deus, pois, segundo São Paulo, foi para a liberdade que Cristo nos libertou (Gl. 5,1).

Portanto, o Espírito nos envia à missão: fazer desse mundo lugar de liberdade, não a liberdade no sentido burguês, de ser livre para poder explorar ou oprimir o outro, mas a liberdade no sentido mais profundo de não haver mais divisões ou categorias de pessoas para sermos todos de Cristo (Gl. 3,28; 1 Cor. 12,13; Cl. 3,11), revestidos da dignidade do homem novo (Ef. 4,24).

Vemos portanto que a espiritualidade é um caminho de encontro com Deus e com o próximo, no seguimento de Jesus Cristo.

A espiritualidade latino-americana é profundamente marcada por essa característica.

Seguir Jesus é tarefa difícil no mundo de hoje. Quantos companheiros e companheiras, que se afastam da família muitos dias e horas por causa da militância, quantos já não foram

presos e torturados e muitos até mortos. Por quê? Por causa de um certo Reino, por causa de um certo mundo onde o homem vai poder olhar para o outro com a cabeça erguida e com certeza chamar o outro: irmão.

Essa força de crer, mesmo contra todo sinal, de que a fraternidade e o Reino são possíveis, tem origem no próprio Deus.

"... Ele chegou amarelo, andrajoso, enfermo, alquebrado. Saiu empenado, firme, como águia.

Voltou com a mesma roupa, mas em seus olhos havia Deus..." (Arguedas, citado em a luta dos deuses, pág. 210, E. P.)

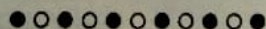
Para terminar, vamos lembrar as palavras do Salmista:

"Ó Senhor nosso Deus, salva-nos
tira-nos do meio dos pagãos,
e leva-nos de volta para nossa terra.
Assim nós te agradeceremos
e louvaremos o teu santo nome
com prazer." (Sl. 106,47)

Pedimos ao Senhor que nos leve
de volta para nossa terra.

O que é essa *nossa terra* que pedimos a Deus que nos leve de volta?

Da reflexão dessa questão, poderá surgir muitos elementos que caracterizam uma espiritualidade ligada com toda a caminhada da ACO, dos trabalhadores do Brasil e de toda América Latina.



PERSPECTIVA DO NOVO SINDICALISMO DO BRASIL

Edilberto Sales

"Para assegurar a estabilidade da nossa moeda, é necessário criarmos um grande pacto social à maneira do pacto de Moncloa, na Espanha, com a participação de todos os segmentos da sociedade e de todas as categorias profissionais, das mais altas às mais humildes."

Com estas palavras o Presidente eleito, Tancredo Neves, mostrou a sua preocupação com a Economia do País que governaria assim que tivesse alta médica. Deixava praticamente nas mãos da sociedade a solução desse enigma.

Foi a 8 de novembro do ano passado, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Ciat, durante seu encontro nacional, que Tancredo Neves falou de improviso uns 50 minutos. Esse discurso passou a ser lido e relido como se fosse o resumo de um plano governamental. E como é de praxe, depois vieram as discussões e controvérsias sobre o que ele disse e o que ele não disse. O debate é pouco informativo porque a questão do pacto permanece submersa em sigilo. O discurso em si, é claro, nas duas primeiras partes em que faz uma análise e um diagnóstico da crise brasileira. Na parte final, onde deveriam estar as sugestões e as decisões sobre a política a seguir para solucionar o problema, baixa a neblina.

Pela composição do ministério de Tancredo, a classe trabalhadora neste governo está sem perspectiva de solução para os seus problemas.

Já temos presenciado o comportamento da classe trabalhadora nesses últimos dias:

— Diversos movimentos de greve já eclodiram, resultantes da não aceitação das reivindicações básicas dos trabalhadores por parte do empresariado.

— Tivemos o exemplo da greve dos bóias-frias de Guariba, em S. Paulo, desta vez mais aguda que da vez anterior, com depredações e queima das plantações.

— A greve dos canavieiros do Nordeste.

— O movimento dos bancários ocorrido em todo o Brasil, no qual se discutiu a proposta única de muitas diretorias que não assumiram essa luta, teve avanços importantes em suas reivindicações.

Estamos presenciando agora a abertura da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC paulista e interiores, que se articulam independentes da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, por não encontrarem a mesma credibilidade para negociar os acordos coletivos com os patrões.

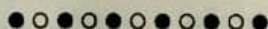
Entre outras reivindicações, uma das principais que se discute muito é a escala móvel de salário, um reajuste automático de salários sempre que a inflação bater em algum teto. Exemplo: os 15%. Isso justifica porque as indústrias aumentam os preços de seus produtos mensalmente. Outra novidade nessa campanha dos metalúrgicos do ABC e do interior é que as discussões de mesa redonda são realizadas diretamente entre patrões e os sindicatos, e não mais com o chamado grupo 14.

Os carteiros têm demonstrado também a sua força de organização; houve recentemente a greve dos cartei-

ros de São Paulo, que lutaram pelo reconhecimento de sua associação profissional e melhores condições de salários; esperaram parados durante três dias e conquistaram suas reivindicações. Seguindo o mesmo exemplo, os carteiros do Rio de Janeiro também entraram em greve por 24 horas e conquistaram a equiparação com seus companheiros de São Paulo. Muitas outras categorias têm se mobilizado à procura de dias melhores para o trabalhador e sua organização. O movimento sindical hoje joga seu poder de fogo na luta por reajustes trimestrais, 40 horas semanais sem a redução dos salários, criação do salário-desemprego, liberdade e autonomia sindical, controle dos trabalhadores sobre os fundos criados em nome dos trabalhadores, como PIS, PASEP e a própria Previdência Social. Essas reivindicações são o pano de fundo do movimento sindi-

cal hoje, assumido principalmente pelos sindicatos filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Essa capacidade de luta da classe trabalhadora é constante em todos os setores da sociedade, mesmo com as promessas de um *novo dia* para o Brasil e o seu povo. O trabalhador não é contra a discussão com qualquer governo, o que queremos e precisamos é que os sindicatos tenham igualdade de condições para sentar à mesa; sem liberdade e autonomia sindicais, fica difícil negociar, porque os trabalhadores sentarão à mesa amordaçados, enquanto os empresários podem chegar livremente. Uma grande preocupação já despertada por diversos sindicalistas é que o pacto social proposto por Tancredo significa na verdade uma trégua, com sacrifícios para nós trabalhadores.



Novo sindicalismo significa rejeição de todo tipo de exploração.

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

Abdias J. dos Santos

Existe no Brasil uma crítica à estrutura sindical criada no Estado novo, por Getúlio, mas muitos setores que criticam o sindicalismo atrelado ao Ministério do Trabalho não querem se comprometer com uma luta séria para que tenhamos, de verdade, um sindicato livre e independente.

Quando a CUT fala na aprovação da Convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), teme a ditadura daqueles setores que mesmo criticando a atual estrutura sindical não sabem como sobreviveriam os sindicatos sem a força do Ministério do Trabalho. E sem o desconto obrigatório feito uma vez por ano, em março, de um dia de trabalho de cada trabalhador, que serve para manter os sindicatos, federações e confederações.

Com a aprovação da Convenção 87, isso desaparece, os sindicatos passam a ser livres e organizam as suas finanças, pois elas se regulam pelos seus filiados. Isto quer dizer que muitos sindicatos vão desaparecer, principalmente aqueles que foram criados apenas para cobrar o Imposto Sindical e não fazer mais nada em favor da classe.

Dizem os defensores do "imposto sindical" que os sindicatos não estão preparados para exercer suas atividades normais sem este tributo, imposto aos trabalhadores, de um dia de trabalho por ano.

Ora, se durante mais de 40 anos o Imposto Sindical não serviu para fortalecer e organizar os sindicatos, o que devemos esperar daqui para a frente? Que eles venham a ser úteis?

Não temos dúvidas que vai ser um golpe profundo nas oligarquias sindi-

cais, no peleguismo e em todos aqueles que se encontram nos sindicatos fugindo da ferramenta e do cartão de ponto. Esses que só buscam prestígio nas cúpulas para suas carreiras políticas ao terem representações em órgãos ministeriais e na justiça do trabalho, quando nas suas categorias são verdadeiros desconhecidos.

Argumenta-se que a "liberdade e a autonomia sindical gera o pluralismo sindical e a conseqüente divisão no movimento sindical".

Este argumento não é real. A prática já nos mostrou que o trabalhador brasileiro clama pela unidade e a forma de organização melhor para nós já aprovada na prática que garante a unidade e a organização por ramos de produção, em base territorial, municipal, estadual ou nacional, de acordo com a realidade das categorias. Isto quer dizer que a organização reúne todos os profissionais que prestam serviço para um novo produto ou produtos similares numa só categoria. Por exemplo: os trabalhadores que prestam serviço à indústria metalúrgica são todos metalúrgicos, mesmo que suas profissões sejam diferentes, como médico, engenheiro etc. Portanto, os que trabalham na indústria metalúrgica são metalúrgicos.

A liberdade e autonomia sindical tendem a unificar os trabalhadores e fortalecer as suas organizações, pois sem a força do Ministério do Trabalho e sem o Imposto Sindical os trabalhadores só contarão com as suas próprias forças. E só se organizarão aqueles que realmente representam, lutam e são acreditados pela consulta dos trabalhadores.

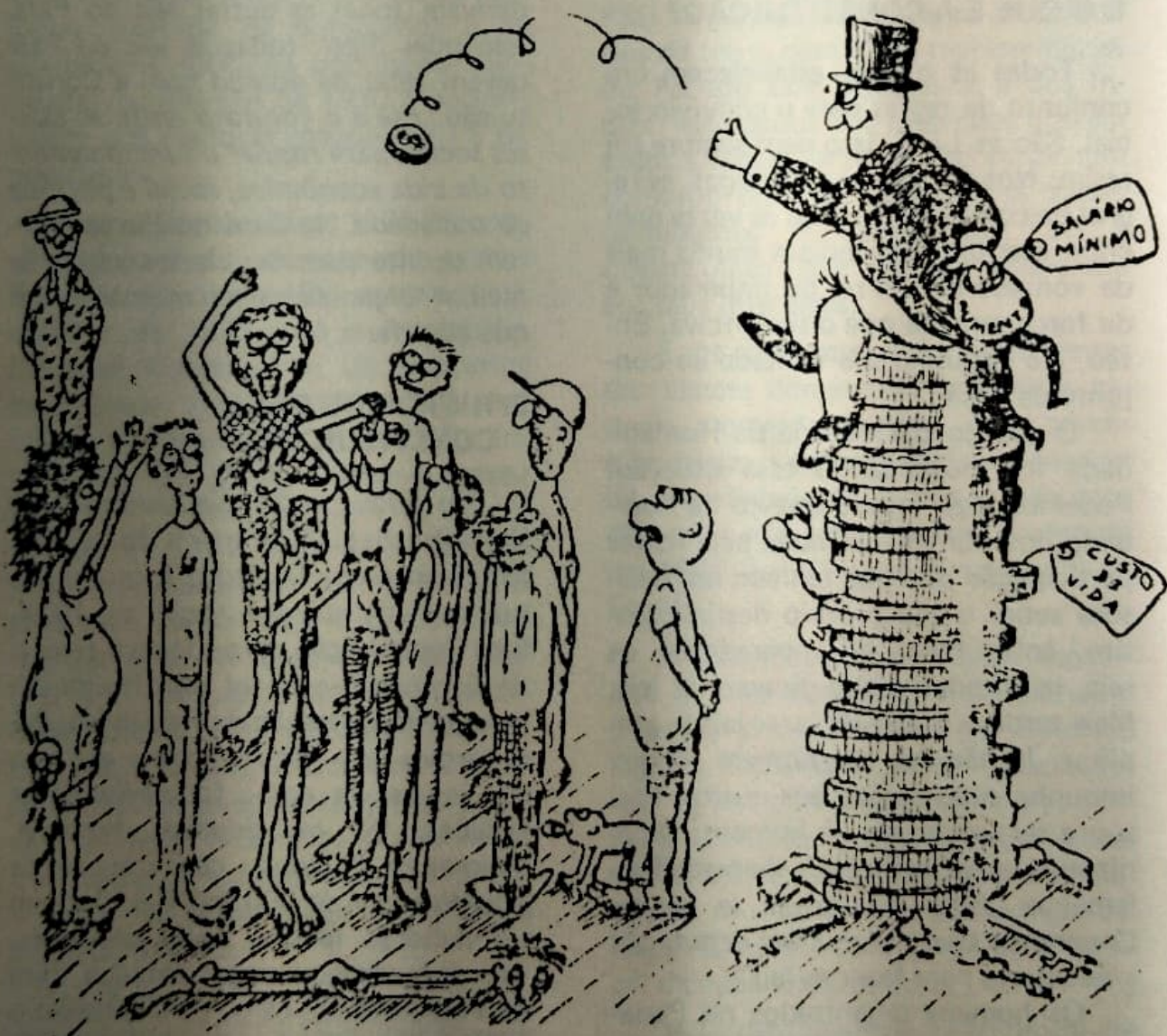
Neste caso, não têm chance os sindicatos "fantasmas", as oligarquias, o protecionismo etc.

Isso permite, a médio prazo, termos uma organização sindical real, com sindicatos representativos de fato e o fim do paternalismo e peleguismo sindicais.

Na verdade, a Convenção 87 permite a existência de mais de um sindi-

cato em uma categoria, mas, na prática, isso não vai existir, porque o sindicato que não tiver representatividade e liderança não vai ter condições de sobreviver, porque não tem a legislação que o sustenta formalmente e nem a constituição financeira do Imposto Sindical para garantir as mordomias.

Assim, vai prevalecer o sindicato que os trabalhadores bancarem.



OS TRABALHADORES E A CONSTITUINTE

Este documento da CUT dá um pequeno histórico sobre as Constituintes e Constituições do passado do nosso País e algumas orientações para podermos, como trabalhadores, influir na próxima Constituição.

É importante ler e discutir a partir do questionário final e estudar em cada cidade ou região a melhor maneira para influir, através de nossas organizações de trabalhadores, para uma nova Constituição de acordo com as aspirações da Classe Operária e Popular. Enviar as conclusões ou outras contribuições deste assunto ao Secretariado Nacional, como subsídio para o próximo número do ASSUMIR.

1. O QUE É A CONSTITUIÇÃO?

Todas as nações estabelecem um conjunto de regras para o convívio social. São as LEIS. Isso nem sempre foi assim. Nos tempos mais antigos, as regras da convivência social às vezes nem eram escritas. Dependiam muito mais da vontade de um rei ou imperador e da força armada que o sustentava. Então, ele impunha sua vontade ao conjunto da nação.

O avanço da História da Humanidade foi modificando essa situação. Podemos dizer que o avanço da liberdade dos homens se mede pela maior participação que eles tenham nas decisões sobre o seu próprio destino. Assim, antes eram os imperadores, os reis, os ditadores que ditavam as leis. Mais tarde o poder de fazer leis se ampliou. Já não era um homem só que impunha sua vontade aos outros. Passou a ser um grupo de homens. Organizou-se uma instituição chamada Parlamento. Aqui no Brasil se chama Congresso. Onde se reúnem deputados e senadores para fazer as leis.

Os homens organizados no Parlamento estabelecem uma LEI GERAL denominada CONSTITUIÇÃO. Da Constituição, chamada também de CARTA MAGNA, LEI MAIOR etc.,

derivam todas as outras leis do País. Isso quer dizer: todas as leis do País devem estar de acordo com a Constituição. *Ela é o contrato entre as classes sociais para regular o funcionamento da vida econômica, social e política da sociedade.* Na Constituição se refletem os interesses das classes que estão melhor organizadas no momento em que ela é feita.

2. HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES

No Brasil, até hoje tivemos seis Constituições. A primeira foi ditada pelo Imperador D. Pedro I, que ditou sua vontade sobre a nação de 1824. Essa Constituição durou todo o tempo da Escravidão e só foi substituída depois da Proclamação da República. Para termos uma idéia de como era essa lei, vamos ver como funcionavam as eleições. Só os cidadãos homens, maiores de 25 anos e com uma renda líquida anual de 200 mil Réis podiam ser eleitores. Mesmo assim, eles votavam mas não podiam ser votados. Para ser votado para o cargo de Deputado o cidadão deveria ter uma renda líquida de 400 mil Réis. E para se candidatar a Senador, deveria apresentar uma renda de 800 mil Réis. O cargo de Sena-

dor era vitalício, quer dizer, uma vez eleito, o cidadão se tornava Senador para o resto da vida.

Com a Proclamação da República em 1889, era necessária uma nova Constituição. Ela veio em 1891 e foi feita por uma Assembléia Constituinte. Quer dizer, uma Assembléia reunida especialmente para discutir e aprovar uma Constituição. O Sistema Eleitoral mudou ligeiramente. As eleições passaram a ser diretas em todos os níveis, mas delas eram excluídas as mulheres (metade da população) e os analfabetos (80% da população). Somente nas eleições de 1930 a porcentagem dos eleitores chegou a 5,7% da população.

Com a Revolução de 1930 foi conquistado o direito de voto para as mulheres. Esse direito foi exercido nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte. Os brasileiros analfabetos ainda continuariam sem direito a votar. A Constituição foi aprovada em 1934 e duraria pouco tempo. Três anos depois, a 10 de novembro de 1937, um homem tomava para si o privilégio de ditar as leis e decidir pelo Conjunto da Nação: esse homem se chamava Getúlio Vargas. Rasgou a Constituição feita pela Assembléia Constituinte de 1934 e encomendou outra feita de acordo com os interesses sociais que ele representava. Assim foi feita a Constituição de 1937, que regulou a vida política, econômica e social do Brasil durante a ditadura do Estado Novo.

O Estado Novo durou de 10 de novembro de 1937 a 29 de outubro de 1945, quando os generais derrubaram Getúlio Vargas. Um mês mais tarde era eleita a Assembléia Nacional Constituinte a 2 de dezembro.

No conjunto de 320 representantes, 173 eram do PSD, o Partido dos Latifundiários, 85 da UDN, Partido dos Banqueiros, Industriais e das Classes Médias Urbanas, 23 do PTB, Partido do Ditador deposto e do peleguismo sindical com ampla influência no operariado urbano, 15 do PC, que saía de uma clandestinidade de quase 25 anos, e os outros 24 representantes se dividiam entre os partidos menores: PR, PSP, PDC, ED e PL.

Somados os 173 representantes do PSD — partido dos grandes proprietários de terra, com os 85 representantes do Partido dos Banqueiros e dos Industriais ligados aos interesses dos Estados Unidos, teremos 258 votos num conjunto de 320. Com isso as classes dominantes impuseram ao País a Constituição que melhor respondia aos seus interesses.

E os interesses mais permanentes das classes dominantes brasileiras naquele momento exigiam duas condições básicas: a manutenção do sistema de propriedade da terra e a manutenção da Legislação Sindical decretada em 1943, que atrelava os sindicatos ao Estado.

A Constituição de 1946 resguardou os interesses dos latifundiários e impediu a realização da Reforma Agrária reclamada pelos trabalhadores. E, por outro lado, fechou as portas à liberdade de organização sindical dos trabalhadores, forçando a manutenção do sindicalismo atrelado ao Estado, de acordo com a legislação sindical da época da Ditadura.

A Constituição de 1946 durou até o Golpe Militar de 1964. Daí até 1967 as Leis foram baixadas como medidas de força dos novos governantes. Não se discutiam as leis. O Congresso foi

fechado. Quem ditava as leis era quem tinha as armas na mão.

A 6 de dezembro de 1966, o general Castelo Branco, por meio de uma lei chamada Ato Institucional nº 4, deu poderes Constituintes ao Congresso. E estabeleceu o prazo de 12 de dezembro a 24 de janeiro de 1967, 42 dias, para os deputados e senadores discutirem e votarem o seu projeto de Constituição. Foi aprovado com 100 emendas.

Essa Constituição exclui de apreciação judicial os atos do Comando Supremo da Revolução. Mantém o direito dos Tribunais Militares julgarem os civis, adotada a Eleição Indireta para Presidente da República, atribui ao Executivo o poder de legislar independente do Congresso, por meio de Decretos-Lei.

A Constituição de 24 de janeiro seria rasgada pelos próprios militares que a impuseram ao País, a 13 de dezembro de 1968, com a decretação do Ato Institucional nº 5 e mais tarde pelo general Geisel, em abril de 1977.

O resultado é que essa Constituição, que permanece até hoje, está cheia de remendos. O novo Governo terá que responder pela Exigência Nacional de uma nova Constituição que reorganize as instituições do País nesse período que vai suceder à Ditadura.

Nem mesmo o Dr. Tancredo Neves, um homem conservador, poderia governar o País com as leis feitas pelos militares para reprimir a maioria do povo e defender os interesses de uma minoria de privilegiados — os donos das terras, das indústrias, dos bancos e um punhado de generais.

3. O QUE É A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE?

Já vimos que o Brasil teve seis Constituições. Nem todas as Constituições foram feitas por Assembléias Constituintes. Três delas, a de 1824, a de 1937 e a de 1967, foram baixadas pelo poder das armas. As Constituições de 1891, 1934 e 1946 foram feitas por um organismo parlamentar chamado ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE.

Que organismo é esse?

Vamos ver.

Nos momentos de Revolução, de Golpe de Estado, ou quando há mudanças na composição das classes sociais que detêm o Poder Político, quer dizer, nos momentos em que se operam modificações mais ou menos profundas na vida das nações, a sociedade exige uma reorganização das Leis. Nesses momentos, cada classe social, por meio dos seus representantes, busca manter ou modificar as leis que elas assegurem melhor os seus interesses. Esse fato nos ajuda a entender que *as Constituições são o retrato dos interesses das classes sociais que dominam a sociedade.*

Há casos em que as Constituições são baixadas pela força das armas. Quer dizer, os ditadores, como acontece muito aqui na América Latina, fazem as Constituições e não as submetem a qualquer discussão. Em outros casos, a Sociedade organiza, por meio de eleições, uma Assembléia Nacional Constituinte, onde os representantes das classes sociais se reunirão com o objetivo único de discutir e votar em nome do Conjunto da Sociedade a nova CONSTITUIÇÃO.

Na Assembléia Nacional Constituinte estarão presentes, com uma força

maior ou menor, as classes sociais representadas pelos seus partidos políticos, entidades de classe e outros canais de participação política.

Aqui no Brasil a participação dos trabalhadores nas Assembléias Constituintes ou foi nula ou foi muito reduzida. Isso porque mesmo que a classe trabalhadora constitua a maioria da nação, o sistema político-eleitoral sempre foi condicionado pelo Poder Econômico.

Isso quer dizer que, embora a gente ouça falar muito sobre as nossas tradições democráticas, a democracia brasileira nos curtíssimos períodos em que existiu foi sempre uma *Democracia para os Latifundiários, Banqueiros, Grandes Industriais, Grandes Comerciantes*. E não uma Democracia para a imensa maioria do povo, isto é, os Trabalhadores Rurais e os Operários, os Funcionários Públicos e do setor de serviços, os Pequenos Proprietários Rurais e Urbanos.

Resumindo, a Constituinte é a Assembléia que debate e aprova a Constituição do País. Ela será o espelho da relação de forças das classes sociais em luta no momento em que se renove. Quer dizer, quanto maior for a organização política e a força econômica de uma classe na luta social, maior será a sua força dentro da Assembléia Constituinte.

4. OS TRABALHADORES E A CONSTITUINTE

O Brasil é como um barco. Hoje, as classes dominantes tomaram em suas mãos o leme desse barco, na travessia do regime militar para a democracia da minoria que detém o poder econômico. Acontece que quem rema esse barco são os trabalhadores. Quer

dizer, o barco não chegará a porto algum sem a força dos remadores.

Para os trabalhadores é indispensável enxergar um fato inevitável em todo momento de transição, de mudança. Ocorre uma certa confusão na casa do leme. Essa confusão provoca um enfraquecimento momentâneo do Poder. Quem sai está desmoralizado, quem entra não teve tempo ainda de se afirmar. Esse fato gera alguns espaços vazios que podem ser ocupados rapidamente pelos remadores organizados, com o objetivo de interferir nos rumos da viagem.

Vamos viver a partir de agora exatamente essa fase de confusão. Saem os militares e entram os civis do Dr. Tancredo e de Sarney para tomar o leme do barco e traçar o roteiro da viagem de acordo com os interesses das classes que o apoiam. Se os trabalhadores se limitarem a remar o barco, estarão correndo o risco de empurrá-lo para um porto que desconhecem, e que certamente não é o porto onde querem chegar. Então, é necessário tirar os remos da água e, se for necessário, parar o barco para garantir a voz e a vez na hora de determinar o destino dele.

Assim como todo barco tem uma carta geográfica para poder navegar, todo país tem uma Constituição para determinar as normas da convivência social.

Por essa razão, para todas as classes sociais o momento da Assembléia Nacional Constituinte é de suma importância. Todas elas jogam tudo para fazer valer os seus interesses dentro da Assembléia e depois na Constituição.

Quais são os direitos que os trabalhadores brasileiros querem ver assegurados na nova Constituição?

Vamos dividir em dois momentos as reivindicações dos trabalhadores. Em primeiro lugar eles apresentam reivindicações para que possam participar em condições de igualdade com os outros setores da sociedade:

- a) revogação da LSN;
- b) revogação da Legislação Eleitoral;
- c) legalização de todos os partidos políticos;
- d) extensão do direito ao voto de todos os cidadãos maiores de 16 anos, inclusive os analfabetos (que só são analfabetos para votar, mas não são para pagar os impostos), os cabos, marinheiros e soldados;
- e) adotar medidas concretas para eliminar a influência do poder econômico no processo eleitoral.

Essas são, entre outras, as exigências imediatas que os trabalhadores vão exigir do novo governo para garantir a sua presença real nos debates da Assembléia Nacional Constituinte.

Em segundo lugar, quer dizer, no texto mesmo da Nova Constituição, os trabalhadores vão trazer exigências mais permanentes. Quer dizer, os trabalhadores querem ver escritos na Constituição todos os direitos que eles já asseguraram na luta social.

Os trabalhadores levarão à Assembléia Nacional Constituinte, além das exigências anteriores, as seguintes reivindicações básicas:

- a) liberdade e autonomia sindical;
- b) liberdade de organização política;
- c) reforma agrária sob o controle dos trabalhadores;
- d) salário-desemprego;
- e) jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Esses são direitos que os trabalhadores já vêm conquistando nas suas lutas do dia-a-dia. A eles os trabalhadores vão juntar uma quantidade de outros direitos igualmente fundamentais: o direito à saúde, o direito à escola, o direito à moradia, o direito a uma aposentadoria digna no fim da vida.

5. AS LUTAS DIRETAS DOS TRABALHADORES E A LUTA PARLAMENTAR

O espaço dos trabalhadores na vida política do Brasil tem sido a rua, a fábrica, a roça. O Parlamento, ao contrário, tem sido um espaço reservado às elites. O espaço em que elas têm mais domínio e agilidade para fazer a sua política. Para a classe trabalhadora o Parlamento é um terreno minado cheio de truques e armadilhas.

Ao aceitar o desafio de uma luta como a Constituinte, onde a fase decisiva — que é a de formalizar e promulgar a Constituição — vai se dar no interior do Parlamento, os trabalhadores devem organizar-se e mobilizar suas forças para fazer crescer o seu peso nas lutas diretas nas ruas, dentro das fábricas, na conquista da terra.

Isso por uma razão muito simples: quando os trabalhadores param as fábricas para reivindicar salário, ocupam uma área de terra ociosa para torná-la produtiva ou bloqueiam uma estrada para exigir preço justo para os seus produtos, a sociedade inteira é obrigada a ouvi-los. Porque o barco pára quando os remadores suspendem os remos.

No momento em que os representantes do conjunto da sociedade eleitos à Assembléia Nacional Constituinte debatem o que será a nova Constituição, a classe trabalhadora tem nas mãos os recursos da luta direta (as gre-

ves, as manifestações de rua, as ocupações organizadas de terras e os congressos por categoria) como meios legítimos de fazer pesar dentro do Parlamento as reivindicações da maioria da nação.

Aos trabalhadores cabe, portanto, *combinar a força que já organizavam fora do Parlamento*, nas lutas sociais, *com a atuação dos seus representantes no interior do Parlamento*, para garantir o terreno já conquistado e avançar no sentido de conquistar novos direitos.

A partir de agora, as principais bandeiras de luta levantadas pela classe trabalhadora, como sejam a reforma agrária, a autonomia sindical, a liberdade de expressão e organização política e partidária, a revogação da LSN e desmantelamento do aparato repressivo devem ser lançadas no centro mesmo dos debates da Constituinte. Lembrar que o Direito, escrito no papel da Constituição, por si só não assegura seu respeito na prática. Nesse sentido é preciso enxergar os limites da lei.

Não só das leis comuns do dia-a-dia, mas da própria Constituição.

Para que as leis sejam cumpridas e os direitos por elas assegurados sejam postos em prática, é necessário que a classe trabalhadora esteja fortemente organizada. Só assim ela pressionará por meio dos seus sindicatos, seus partidos, suas associações, no sentido de fazer respeitar os direitos adquiridos.

QUESTÕES

1. Como levar ao debate da Assembleia Nacional Constituinte as bandeiras de luta da classe trabalhadora?
2. Os Partidos Políticos são os únicos canais de participação dos trabalhadores na Constituinte?
3. Como o Movimento Sindical participará da Assembleia Nacional Constituinte?

(Goiânia, março de 1985, CUT - GO)



Vamos mudar este sistema?



RVO SOBRE ENGAJAMENTO SINDICAL

Lázaro Silvano Ferreira

Na atual realidade sindical, quando nossos companheiros militantes do movimento ocupam cargos numa diretoria e que procuram ser autênticos e combativos, as tarefas, os acontecimentos e outras situações da categoria absorvem quase completamente sua vida.

Por isso a RVO é uma necessidade, é um instrumento de formação para que os companheiros não se isolem, não se percam e não se desgastem frente aos problemas que enfrentam, principalmente na luta e no confronto com a classe patronal que explora e oprime e ainda procura corromper aqueles que têm uma proposta séria de luta para conquistar junto com os trabalhadores a mudança dessa estrutura sindical.

— Esta foi a preocupação da Equipe de Suzano, quando o companheiro Antonio, militante da equipe e presidente do Sindicato da Construção Civil da região, depois que assumiu o Sindicato, não participava mais da reunião da equipe, para refletir e avaliar seu engajamento. A equipe procurou-o e convidou-o para fazer RVO e ele sentiu que era necessário.

A situação era essa e achamos importante destacar esta RVO.

VER — Assumi o Sindicato sem nenhuma experiência. Sentiu a diferença entre ser um militante sindical e estar dentro da estrutura sindical atual; não tem espaço.

Os companheiros da chapa, não acostumados, habituados com a democracia onde existem níveis diferentes, houve momentos em que viam o barco afundar.

Hoje está pouco a pouco superando, mas essa diretoria é difícil e nunca vai ser homogênea (todos iguais). Fora de uma diretoria parece que as coisas são fáceis. Dentro é uma loucura, só durante o ano há cinco dissídios.

— Dentro desta situação foram aprofundadas algumas questões:

— O que você esperava desta diretoria no começo?

— Houve algum curso de formação para os companheiros?

— Existem companheiros da chapa que estão agindo fora do programa da chapa?

— A categoria percebe que existe um trabalho, com atuação de todos?

— O que se está fazendo para organizar a categoria?

Percebeu-se que os companheiros da chapa ficaram eufóricos, quando assumiram.

Sentiram dificuldades quando esbarraram com as primeiras negociações, não estavam preparados, a barra era pesada e jogar nas mãos dos advogados era aumentar o assistencialismo.

— Se tentou dar formação, mas não deu certo, houve questão entre as entidades FNT, 13 de Maio e IPROS, e a formação está se dando na própria caminhada, e aqueles que querem crescer estão crescendo. Houve a tentativa de se levar os companheiros para o Seminário Sindical da ACO, em Cotia.

— Alguns companheiros, da forma como a chapa foi montada, se acomodaram. A diretoria reúne-se uma vez por mês e não há presença constante dos companheiros.

A categoria percebe que se procura trabalhar juntos. São cinco dissídios por ano. Não existe comissão de Publicação, mas se tem procurado informar a categoria. Houve conquistas novas nos dissídios, como piso salarial, reajuste trimestral, experiência de 45 dias e outras. Foram feitas assembléias. Quando entramos no Sindicato havia 400 sócios, agora, depois de 10 meses de gestão, estamos com 2.000 sócios.

Apoiamos nesse ano quatro oposições sindicais: da Construção Civil e dos Metalúrgicos, as duas de São Paulo, a dos Químicos de Suzano e a do Papel e Papelão, de Mogi. Há uma certa integração e aceitam a CUT.

JULGAR — Aconteceu um questionamento nas mudanças que perceberam no companheiro e também sobre a relação do presidente com a Diretoria.

— Não se fez nada concretamente de formação, para chamar à participação, ficando tudo nas costas do presidente. Parece que não se acredita nos companheiros, concentrando tudo na sua pessoa e a linguagem do EU fiz,

EU mandei etc. e nunca NÓS, quando o Sindicato são todos.

— Por ser o presidente, o único afastado da produção, tem que fazer tudo. Há a ilusão do poder, sendo que na prática tudo isso muda; então se acomodam.

— Faltou uma formação político-sindical para melhor capacitar os companheiros.

— Houve falhas das duas partes: da equipe que acompanhou a chapa e dela própria. Faltou acompanhamento aos companheiros da Diretoria e às esposas dos casados.

— Não se questionou a distância e a frieza do companheiro na campanha da eleição do Sindicato do Papel, onde houve um apoio material e pessoalmente não se percebeu sua situação e em outros setores da vida.

Refletiram o trecho de Mt. 5,13-16, missão dos discípulos que deve ser sal da terra, luz do mundo, que veio dar um maior sentido ao julgar, com uma abertura total dos companheiros nas colocações.

— Percebemos mudanças no companheiro, já não é o mesmo, a nossa preocupação é que você mostre o seu valor.

— Reflito muito, me questiono, o meu trabalho é o mesmo, parece que não estou sendo compreendido. Acredito na transformação. O contato com quem sofre (trabalhador da categoria) machuca muito. O trabalho só acabará com a minha morte. Talvez a presidência não foi o melhor para mim.

— Deve ser aproveitada a sua facilidade (como formador) para a formação e contatos com os companheiros.

— O sal é que dá sabor. A categoria está aí; é lá que se deve marcar presença. Deveria estar há mais tempo no

Sindicato. Sua atuação nos tem ajudado muito.

— O sal não aparece mas dá sabor. A luz serve para iluminar. É a pessoa certa para estar no Sindicato, para cumprir sua missão.

AGIR — O que juntos podemos fazer? De que forma podemos contribuir?

A equipe chegou às seguintes conclusões:

- Reaproximação dos companheiros da Diretoria.

- Encontro de aprofundamento sobre Sindicalismo.

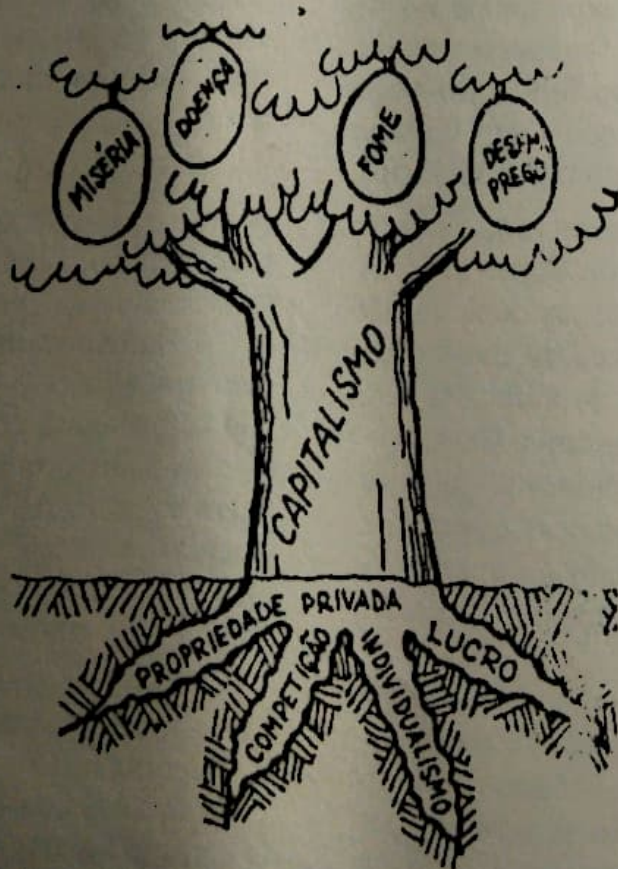
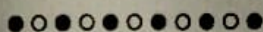
- Formação e a partir disso fazer um plano de ação sindical.

- Ter um boletim ou jornal para a categoria.

- Avaliar a caminhada da Diretoria ou tentar se aproximar dos companheiros (piquenique).

- A Diretoria vai aproveitar a comemoração do 1º aniversário de trabalho, atual diretoria, para renovar os laços de amizade que havia quando se ajudou na organização da chapa de oposição, para tentar ajudar a refletir e avaliar os passos da caminhada, para que a Diretoria seja um todo e mais unida com a vida da categoria.

— A RVO foi bem mais rica do que aquilo que detalhamos. O mais importante é que, voltando em outra oportunidade para um contato, sentimos que o companheiro superou várias situações, estando muito animado. Está muito firme tendo uma presença e uma posição clara, contribuindo para que os companheiros do Sindicato da Construção Civil dêem um grande passo para a organização da categoria e da Classe Operária.



É preciso podar as raízes do capitalismo de nosso meio.

RVO SOBRE SINDICALISMO

Lázaro Silvano Ferreira

Uma preocupação constante dos companheiros sindicalistas que são militantes do nosso Movimento deve ser a RVO. Ela dá condições para cada um ou o conjunto dos sindicalistas avaliar sua linha de ação, suas posições frente às categorias, às Diretorias e às tendências dentro do Movimento Sindical. Reforça também sua ação como trabalhadores cristãos que procuram dar um *testemunho de vida* baseado na fé e refletido à luz do evangelho, contribuindo para uma mudança radical da sociedade e a construção do Reino de Deus.

— Achei muito importante destacar alguns pontos importantes de uma reunião de RVO de companheiros do movimento que participam de direções sindicais na região de Belo Horizonte/MG, que estão preocupados com sua ação dentro dessa estrutura sindical atrelada ao governo. Uma avaliação sindical principalmente tendo em vista as posições, as propostas e as tendências dentro do Movimento Operário. O aspecto de outros sindicatos que estão de olho na nova experiência do SENALBA, que elegeu uma Diretoria de forma democrática, a partir da Assembléia da categoria, escolhendo tanto os membros efetivos como os suplentes. Foi este o resumo do aprofundamento dos companheiros:

Ter como objetivos:

- Reforçar a militância e o engajamento a partir do trabalho de base concreta.

- Reforçar, assessorar e garantir os trabalhos que os militantes têm quando estão acompanhando alguns companheiros de base.

Ter conhecimento profundo do que é o Sindicato, a CLT e outros aspectos da organização para a mudança da sociedade.

- Rever a história sindical do próprio sindicato.

- Reforçar a posição dentro da Diretoria de acordo com as necessidades da base e não de grupos.

- Ampliação (expansão) do grupo já com nomes levantados.

- Se reunir a cada 15 dias.

Necessidades:

- de se falar mais da classe trabalhadora que está sendo abafada no seu contexto.

- A classe média é assalariada (característica dentro de uma categoria); incutir nela o valor da base.

- Há duas formas de encarar a classe trabalhadora: através da sensibilidade em perceber que há necessidade de solidariedade e companheirismo e a outra através de atitudes radicais que destróem as pessoas sem criar novas oportunidades.

Preocupações:

Testemunho de uma companheira questionando sua posição como Diretora sindical.

- Estou mudando minhas atitudes. É importante a minha atuação e minhas atitudes neste cargo nascido na base. As críticas de igrejeiros e a posição que poderá ser tomada no momento certo e a ajuda que os companheiros devem dar ao reforçar a posição da base e nunca almejar o poder e a representação de seu grupo. Não há preocupação sobre o discurso e sim sobre o trabalho de base. Esta é a resposta concreta.

Propostas:

- Avaliação das posições de alguns companheiros, a forma de ajuda e a crítica construtiva.

- Não centralizar as decisões e sim colegiar, reforçar e avaliar o trabalho em nível de setor, fazendo com que cada um tenha uma participação combativa.

- Dinamização dos dias de plantão nos sindicatos para que todos os trabalhadores possam participar.

- Reunir pessoas que têm militância sindical a partir de alguns companheiros já contatados.

- Fazer um estudo das tendências dentro do Movimento Operário e prin-

cipalmente dentro do sindicato.

— Sentimos que os companheiros querem ter propostas concretas de trabalho, de compromisso com a base e com uma visão clara da realidade político-sindical, para serem fiéis à confiança depositada neles para representar as categorias através de uma escolha legítima e democrática.

A RVO é a grande contribuição que o movimento oferece e dá condições para que cada um tenha espaço e orientação segura que vão ajudar o militante a ter uma caminhada sempre autêntica e combativa, garantindo os verdadeiros valores da Classe Trabalhadora.



VISITA DOS LIBERADOS

No dia 26 de fevereiro de 1985, na sede da ACO, se realizou a reunião de avaliação do trabalho dos liberados presentes: Zeneides, Lázaro e os assistentes Mário Prigol, Salvador e Bernard e um membro da coordenação nacional, responsável pela formação, João Francisco.

Na reflexão, lemos um texto escrito sobre o falecimento de Severino Francisco por Diogenes, companheiro da construção civil de Nova Iguaçu/RJ, "O plantador de sementes": "O companheiro Severino cumpriu sua missão, para muitos morreu, mas ele está vivo em suas obras; ele plantou a semente do bem e renasce com ela. Quem planta a semente do bem caminha para o Pai... Cabe a nós cultivar as sementes plantadas, para que amanhã sejam árvores que nos manterão unidos a ele".

Para este assumir, falaremos das visitas de Zeneides, a São Paulo, e de Lázaro, ao Nordeste I.

No mês de novembro de 1984, Zeneides esteve na região de São Paulo. Os membros da equipe de *Parque Bristol* falaram de sua participação no acampamento do Sine. Eles organizaram reuniões com desempregados, incentivando-os a procurar um terreno para plantio de horta e mais tarde para criação de galinhas. Outros estavam organizando a composição da chapa para a Associação Paulista. Outros membros têm uma participação ativa na comissão de fábrica.

Em *Santo André*, Zeneides participou da reunião da equipe, onde foi feita a RVO sobre a greve de São Caetano. Havia mais de 2.000 trabalhadores reivindicando 50% em cima do INPC. Na avaliação foi visto que há

10 anos essa fábrica não fazia greve. Quando terminou a greve, os 30 que não participaram foram mandados embora; 450 trabalhadores que estavam suspensos, iam voltar ao trabalho no dia seguinte. O que é importante é que toda a fábrica parou.

Em *Capão Redondo*, Zeneides participou de um encontro com um grupo de padres e leigos que queriam conhecer a ACO. Os membros da equipe de *Parque Bristol* narraram em forma de painel o trabalho de bairro, da comissão de fábrica e do sindicato.

No dia 11, estive num encontro pelos militantes da *Zona Norte*, onde havia 23 novos. A reflexão foi introduzida por um jogral sobre o operário em construção. A celebração encerrou o encontro com a participação do Bispo Dom Joel, que deu todo o apoio ao grupo.

Na RVO do dia 26, em *Mauá*, João colocou sua participação na passeata dos 600 desempregados. Houve policiamento com tropas de choque, para dispersar o pessoal. Os desempregados foram para o sindicato dos metalúrgicos e traçaram alguns pontos de ação. Foi refletido sobre o movimento das mulheres.

Em *São Vicente*, um membro da equipe falou de sua militância na escola com os professores. Contou sua participação no Congresso Paulista de Professores (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Foi avaliada a ação do grupo que fez oposição dentro da COSIPA.

Maria tem um trabalho importante com as mulheres e na comunidade foi escolhida para integrar a Comissão Diocesana de Pastoral.

Em *Sorocaba*, a equipe se reuniu com a seguinte pauta:

1. O que dificultou a caminhada durante o ano de 1984?

2. Você acha que a falta de assistentes prejudicou o grupo? Por quê?

Se viu que os membros da ACO estão à frente de todos os trabalhos da comunidade e na hora que precisam de apoio não encontram. Os problemas de saúde e desemprego dificultaram também. O grupo decidiu fazer RVO de 15 em 15 dias.

No dia 18, Zeneides participou da RVO da equipe de *Suzano*, sobre os problemas da fábrica de couros.

No mês de janeiro de 1985, Lázaro realizou a sua primeira visita aos companheiros do Norte e do Nordeste I. "Fizemos boa viagem, sem nenhum problema durante o percurso de 59 horas." Deu para sentir um pouco a realidade à medida que subíamos para aquela imensidão de País. Quanta terra e o povo sem onde se fixar e produzir.

Nosso primeiro contato foi com o Pe. Afonso, que nós recebeu e acolheu, nos deixando à vontade para descansar da longa viagem. As irmãs Iracema, Genoveva e Sidonio colocaram um pouco a realidade do Pará. Dia 6 tivemos o encontro com os trabalhadores da *Terra Firme*. Participaram 17 companheiros. Dia 8 teve reunião de ACO na casa de Sidonio, no bairro Terra Firme. Esse grupo já estava se reunindo e, a partir dessa data, firmaram o primeiro grupo de ACO no Estado do Pará. Foi eleita a coordenação do grupo que ficou assim constituída: Matias, coordenador; Reinaldo, secretário; Gertrudes, tesoureira; Pe. Afonso, assistente. Participam ainda do grupo: Rosália, Genoveva, Iracema e Sidonio.

No dia 10 de janeiro, Lázaro viajou para Barcarena 1h20 de barco. Uma nova experiência de viagem através de rios e a beleza da natureza. Na ilha está sendo implantado um projeto de industrialização (alumínio). Está modificando a realidade local. Há desapropriações, alojamentos de trabalhadores vindos de todas as partes do Brasil, e a grande maioria é da construção civil.

No dia 14, Lázaro voltou a Belém. Foi feita avaliação das visitas no Pará. Pe. Afonso vai reforçar o trabalho realizado em Belém, acompanhar os bairros de Terra Firme e Bengui, procurando reforçar dois grupos e manter novos contatos em outros bairros. Foi elaborada a seguinte programação para o mês de março: chegada, dia 6. Nos dias 7, 8 e 9, visitas e contatos; no dia 10, reunião com os dois novos grupos, para avaliar a caminhada desses dois meses, os avanços, as dificuldades, a partir do VER, JULGAR, AGIR. No dia 11, em Barcarena; dia 12, em Abaetetuba.

"Recebi todo o apoio e acolhida excelente por todos os companheiros do Estado do Pará, demonstrando confiança e amizade. Depois viajamos para São Luís do Maranhão e Teresina, no PI.

Em toda a região, sentimos que o campo para a expansão é grande. Os militantes têm algumas dificuldades para levar em frente as prioridades devido as grandes distâncias, o preço alto da condução e a situação financeira dos companheiros."

• A formação principalmente sobre o aspecto político deve ser mais reforçada, para que se possa ter uma visão mais ampla da realidade, principalmente do momento político atual e

as conseqüências que podem trazer para a classe operária e para o povo.

- Tornar a RVO uma prática constante nas equipes.

- Reforçar a necessidade de se fazer assinatura do "Assumir" para ajudar a formação dos militantes.

- Reforçar os engajamentos na área sindical; no Movimento Popular, o engajamento é bem maior.

Planejamento das visitas de março até agosto de 1985

Março — Zeneides estará no Es-

tado do Rio de Janeiro. Lázaro, Nordeste I. Pe. Bernard, Bahia (NE).

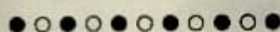
Abril — Cada liberado na sua região.

Maio — Lázaro, Rio Grande do Sul. Zeneides, Nordeste II. Salvador, São Paulo (15 dias).

Junho — Cada liberado na sua região.

Julho — Zeneides em São Paulo. Lázaro em Minas Gerais. Nos dias 30 e 31 haverá avaliação e novo planejamento.

Agosto — Cada um na sua região.



A visita dos liberados é sinal de esperança, boas notícias.

5º CONGRESSO NACIONAL DAS EMPREGADAS DOMÉSTICAS DO BRASIL

Olinda (PE) — 24 a 27 de janeiro de 1985

CONCLUSÕES

Nós, empregadas domésticas, delegadas de nossas companheiras de trabalho, em número de 126, dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de Brasília, após estudos e debates, reunidas no 5º Congresso Nacional, em Olinda (PE) de 24 a 27 de janeiro de 1985, chegamos às seguintes conclusões:

Constatamos:

que somos a categoria mais numerosa de mulheres que trabalham no Brasil (1/4 da mão-de-obra feminina, quase 3 milhões de empregadas domésticas no país).

Constatamos:

que há um crescimento significativo no número de empregadas domésticas, acentuado pelo desemprego nas outras categorias.

Constatamos:

que representamos, então, uma força importantíssima na vida econômica, social e cultural do Brasil (é só pensar o que seria do país se todas nós, empregadas domésticas, parássemos de trabalhar ao mesmo tempo).

Constatamos:

que, apesar de todo esse valor e importância, não somos reconhecidas como profissionais; continuam as desumanas e injustas con-

dições de trabalho, denunciadas nos quatro Congressos anteriores:

- a) salário injusto;
- b) jornada de trabalho excessiva;
- c) falta de descanso semanal;
- d) recusa de férias anuais para a grande maioria;
- e) impossibilidade de estudar, para um elevado número de domésticas;
- f) exigência de dormir no emprego, impossibilitando a convivência normal com a família e com o próprio meio.

Constatamos, ainda:

que costumamos ouvir dizer que a empregada doméstica faz parte da família onde trabalha, mas continua o desprezo e a discriminação. A maioria não é tratada como pessoa humana, mas sim como objeto. São alguns sinais dessa discriminação: quarto da empregada, elevador de serviço, comida, apelidos humilhantes, etc.

Todas essas condições de trabalho e de vida trazem como consequência um sentimento de solidão e revolta embutida e, por isso, na nossa profissão existem muitos casos de doenças nervosas.

Somos profissionais, mas constatamos que a Sociedade não nos reconhece. A própria Lei Trabalhista (CLT) nos discrimina: não temos todos os direitos dos outros trabalhadores e os poucos direitos que temos são negados à grande maioria.

Queremos ressaltar, com maior força, a nossa situação em relação à Previdência Social. As nossas dificuldades são tantas e os direitos tão poucos que o número de empregadas domésticas que pode continuar a contribuir para o INPS diminuiu assustadoramente, conforme dados oficiais (quase um milhão de contribuintes a menos).

A quase totalidade de nossa categoria é de mulheres e, por isso, sofremos também toda a discriminação da mulher na nossa Sociedade machista. A mulher é sempre vista como inferior e com menos capacidade.

Sabemos, ainda, que há entre nós muitas companheiras que não se aceitam como domésticas. Somos profissionais e, por isso, trabalhadoras, e somos parte da Classe Trabalhadora, classe que no nosso sistema não tem vez nem voz.

Verificamos:

que, infelizmente, muitos companheiros de outras categorias não nos reconhecem como trabalhadores.

Várias companheiras participam de outros grupos e movimentos, como Sindicatos, Movimento Negro, Associações de Bairro, Pastoral Operária, etc. Vários Sindicatos já convidam a empregada doméstica a participar de debates, de lutas, colaborando nas greves. Isso se deu, especificamente, a partir da criação da Central Única dos Trabalhadores — CUT, da qual são membros empregadas domésticas de diversas Associações do País.

O Congresso revelou também que temos uma relação especial com os trabalhadores do campo, vendo que, se não houvesse tanta miséria no campo, haveria menos mulheres procurando trabalho nas grandes cidades, porque a maioria das empregadas domésticas veio do campo e tem aí suas raízes.

DIANTE DESTA REALIDADE, NESTE CONGRESSO:

- a) Fazemos um apelo às companheiras: já que temos tanto valor e tanta importância na Sociedade, ninguém se envergonhe de ser Empregada Doméstica e cada uma assuma como mulher, como profissional e como membro da Classe Trabalhadora.
- b) Apelamos a todas as companheiras: vamos continuar, com coragem, o que já começamos, isto é, nos organizarmos em grupos nos bairros e cidades, ampliarmos nos grupos de trabalho de base, criarmos e oficializarmos as associações, fazermos intercâmbio entre as cidades. Somente unidas em Associações de Classe poderemos oferecer às companheiras as condições que elas esperam para sua defesa, para sua valorização e para uma prestação de serviços que leve a uma tomada de consciência.
- c) Decidimos que devemos trabalhar para chegar amanhã a um Sindicato de Empregados Domésticos livre, autônomo e forte.
- d) Insistimos para que todas as Associações participem ativamente das lutas dos outros trabalhadores no campo e na cidade.
- e) Lançamos um apelo a todos os Sindicatos de trabalhadores para

que nos considerem como parte integrante da Classe Trabalhadora, com o nosso grande peso econômico, com a nossa força de mulheres, para participarmos, a título de igualdade, da mesma luta, e que dêem todo o seu apoio às reivindicações específicas da nossa categoria. Estas reivindicações estão contidas no Projeto de Lei aprovado neste Congresso e que vamos encaminhar ao Congresso Nacional.

- f) Para sermos fiéis às nossas origens rurais — sofremos as consequências da migração — além destas reivindicações, solidarizamos-nos com os trabalhadores rurais, afirmando a necessidade urgente de uma legítima Reforma Agrária, promovida pelos próprios trabalhadores do campo.

Finalizamos, dirigindo o nosso protesto às autoridades constituídas e à sociedade em geral. Não podem mais ser ignorados os valores e o peso econômico e social que tem a nossa categoria. Somos milhões de empregadas domésticas no Brasil.

Basta de sofrimento e de esmagamento, que vêm da escravatura. Exigimos justiça pelo reconhecimento da nossa profissão, que nos coloque em pé de igualdade com os outros trabalhadores.

PROPOSTA PARA UM PROJETO DE LEI DE AMPLIAÇÃO DA LEI DO EMPREGADO DOMÉSTICO

Proposta feita pelas delegadas das empregadas domésticas presentes no

5º Congresso Nacional das Empregadas Domésticas no Recife, de 24 a 27 de janeiro de 1985.

O projeto deverá abranger os seguintes pontos:

1) Salário-mínimo, sujeito somente ao desconto do INPS, dadas as condições específicas do trabalho doméstico.

2) Ao menor, ou à menor, é preciso garantir a frequência à escola, e só pode fazer serviços leves, que não prejudiquem a sua saúde e o seu desenvolvimento físico e moral.

3) Férias de 30 dias, em igualdade de condições com os outros trabalhadores.

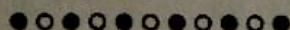
4) Jornada de trabalho de oito horas, podendo ser acrescida de horas extraordinárias remuneradas 20% a mais da hora normal. O excesso de horas e um dia pode ser compensado pela diminuição de horas em outro dia, desde que não se excedam as 48 horas semanais.

5) Descanso semanal e nos feriados civis e religiosos.

6) 13º salário.

7) Licença de 12 semanas para descanso por ocasião do parto e salário-maternidade efetuado diretamente pela Previdência Social. O empregador recolhe ao INPS mais 0,3% do salário para custeio desse benefício.

8) Direito de inscrição ou registro das Associações dos Empregados Domésticos nas Delegacias Regionais do Trabalho e representação nos dissídios individuais e coletivos perante a Justiça do Trabalho.



DÍVIDA EXTERNA, FMI E MORATÓRIA

Contribuição do CEDAC

A dívida externa brasileira significa a obrigação de pagar aos bancos estrangeiros, em poucos anos, cerca de US\$ 100 bilhões (cem bilhões de dólares).

1. Quem empresta dinheiro ao Brasil?

- os bancos privados internacionais
- organizações financeiras do exterior

2. Quem pede dinheiro emprestado?

- o Governo Federal
- os Governos Estaduais
- alguns Municípios
- as empresas estatais
- empresas privadas
- subsidiárias de empresas multinacionais

Todos esses empréstimos são garantidos pelo Tesouro Nacional. Assim sendo, a maior parte dessa dívida acaba ficando sob a responsabilidade da União, uma vez que não são pagas.

3. Como se forma a dívida externa?

Em 1961 o Brasil devia US\$ 3,4 bilhões de dólares. Em 1963 baixou para US\$ 3,1 bilhões.

Os militares que tomaram o poder em 1964 se propuseram a fazer do Brasil uma das grandes potências industriais do mundo. Para isso elaboraram grandes projetos como Carajás, Itaipú, Jarí, Rodovia do Aço, Ponte Rio-Niterói, pólos petroquímicos do Rio Grande do Sul e de Camaçari etc.

Para realizar esses projetos, o Brasil não tinha dinheiro. Precisava pedir emprestado.

O período de grande EXPANSÃO da economia brasileira (1967 a 1973) coincidiu com a existência de muito dinheiro acumulado nos bancos estrangeiros. Os economistas chamavam isto de: aumento de liquidez internacional. Eram os chamados petrodólares. Os banqueiros estavam precisando emprestar esse dinheiro a juros, pois com o dinheiro parado eles teriam prejuízo. Saíram à cata de quem quisesse pedir dinheiro emprestado. Os países subdesenvolvidos fizeram grandes empréstimos. Entre eles, o Brasil foi o que pediu mais dinheiro e por isso tem a maior dívida (US\$ 100 bilhões).

Outro fator que contribui para o crescimento da dívida externa foram os aumentos do petróleo ocorridos a partir de 1973. O Brasil precisou pedir mais empréstimo para pagar a conta do petróleo que ele compra no exterior.

Além do mais, o Brasil está obrigado a pagar altas taxas de juros aos banqueiros internacionais. Quanto maior vai ficando a dívida, maiores taxas de juros são cobradas.

Atualmente essa taxa de juros está sendo de 20,5% ao ano, quando no início se pagava apenas 0,25%.

Em 1982 o Brasil pagou US\$ 17,5 bilhões só de juros.

Para fazer face a essa despesa e ainda pagar a conta de petróleo e de outros produtos que precisamos comprar no exterior (importar), o Brasil precisa vender cada vez maior quantidade de mercadoria para fora do país (exportar). Essa necessidade urgente de exportar colocou o Brasil diante de dois problemas:

- saturação do mercado internacional
- **DEPENDÊNCIA** cada vez maior do comércio exterior.

Vejamos alguns números que nos mostram a situação do Brasil.

Em 1982:

Exportamos (vendemos) US\$ 20 bilhões de dólares

Importamos (compramos) US\$ 18,5 bilhões de dólares

O SALDO = US\$ 1,5 bilhões

Pagamos de juros da dívida US\$ 17,5 bilhões de dólares.

Está evidente que não temos condições de pagar essa dívida.

O FMI

Diante do impasse, o Brasil resolveu recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

O QUE É O FMI?

O Fundo Monetário Internacional é uma entidade que foi criada em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, pelos países capitalistas desenvolvidos (França, EUA, Itália, Alemanha etc.) para garantir a estabilidade do sistema capitalista. Participam do FMI 146 países.

O FMI é um clube: cada país contribui anualmente com uma certa cota, isto é, com uma quantia em dinheiro. O voto de cada membro é proporcional à sua quota: tem mais voto quem dá mais dinheiro para o clube. Por isso o FMI está praticamente sob o controle de *10 países mais ricos*, principalmente os Estados Unidos, que detém sozinho o maior número de quotas.

O Fundo pode emprestar dinheiro para países que estiverem com dívidas como é o caso do Brasil, do México, da Argentina, do Chile, da Polônia etc.

Nesse caso o FMI passa a intervir no país impondo uma série de normas e condições (Carta de Intenções).

No Brasil, por exemplo, o FMI tem exigido a diminuição dos salários, a desvalorização do cruzeiro e outras medidas que têm aumentado ainda mais o *desemprego e a inflação*.

MORATÓRIA

Como vimos, o Brasil não tem condições de pagar sua dívida externa. Apresentam-se, então, três saídas: a primeira é de continuar "rolando" essa dívida, isto é, continuar pagando a parte de serviços; a segunda, seria declarar a moratória; e a terceira seria a decisão de não pagar de maneira nenhuma a dívida. Vejamos a hipótese da moratória.

A moratória significa um prazo de carência (no qual se suspenderia o pagamento dos serviços da dívida) de no mínimo dois anos. A partir de então se iniciaria a liquidação da dívida em prazo compatível com os recursos financeiros do país. O dinheiro que deixaria de ser pago aos credores durante o período da moratória seria aplicado na economia brasileira, o que permitiria a retomada do crescimento econômico e a geração de empregos.

A declaração da moratória implica um posicionamento corajoso e soberano por parte do governo brasileiro. Haverá medidas retaliativas por parte dos credores, sobretudo dos banqueiros internacionais e de governos de alguns países ricos, que têm recebido grandes lucros com o endividamento dos países subdesenvolvidos. Essas medidas acarretarão cortes nas importações (petróleo, por exemplo) e também mudará o consumo, desde que não serão importados certos bens e serviços.

CONVENÇÃO 87/OIT

Publicamos aqui um resumo da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho e ao mesmo tempo os itens da Legislação Trabalhista do Brasil em choque com a mesma. Daí se percebe a necessidade de nos informarmos e descobrir como, junto às organizações operárias e populares, influir para as necessárias mudanças.

A Convenção 87 da OIT, denominada de "Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical", foi aprovada em 1948, na 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em São Francisco.

É considerada uma das Convenções mais importantes da OIT, tendo sido ratificada por 97 dos 151 estados-membros da OIT. Tem se entendido que ela faz parte dos direitos fundamentais do trabalhador, que diz respeito à liberdade de organização sindical.

Disciplina o art. 44, inciso I, da Constituição Federal, que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os tratados e convenções. Os decretos legislativos na forma do art. 46, item VI, da Constituição Federal, se erigem com a hierarquia de lei. Uma vez aprovada a Convenção pelo Congresso Nacional, o Ministro das Relações Exteriores deposita na sede da OIT, em Genebra, o instrumento de ratificação. A Convenção entra em vigor 12 meses depois do depósito, cabendo ao país que adotou a Convenção adaptar a sua legislação interna aos princípios nela insculpidos, no transcurso desse período de 12 meses.

Na OIT existe uma Comissão de Peritos na aplicação de Convenções da OIT e um Comitê de Liberdade Sindical, que funciona no Conselho de Ad-

ministração, que podem examinar qualquer queixa que seja apresentada de não cumprimento das Convenções.

O não cumprimento de uma Convenção pode representar sanções de censura e até mesmo de rompimento com o órgão internacional. Fundamentalmente há apenas uma pressão permanente do órgão internacional aos estados-membros para que cumpram as Convenções ratificadas.

O Tratado de Viena, que regula o Direito dos Tratados, em seu art. 27, disciplina que nenhum estado-membro poderá invocar o seu direito interno como justificativa para o não cumprimento do Tratado.

Assim é que, aprovada que venha a ser a Convenção 87 pelo Congresso Nacional, deverá ser feita a adaptação de nossa legislação interna a seus princípios, através de lei, no prazo de 1 ano.

Os princípios fundamentais que regem a Convenção 87 são os seguintes:

1. Os trabalhadores (e empregadores) poderão constituir organizações de sua escolha, livremente;
2. essa constituição não demanda autorização prévia de nenhum órgão;
3. essa constituição não está sujeita ao crivo de qualquer autoridade, podendo livremente ser elaborados os estatutos e regulamentos administrativos;

4. essa entidade elegerá livremente seus representantes, sem nenhuma intervenção governamental;
5. essa entidade poderá livremente estruturar sua organização e gestão;
6. essa entidade poderá livremente programar suas atividades e formular seu programa de ação;
7. as autoridades públicas não poderão impor qualquer tipo de intervenção;
8. essa liberdade inclui a organização em níveis horizontais ou verticais, locais, regionais ou nacionais, de base ou de cúpula, por categoria, por ofício ou por empresa; inclusive, também no que concerne à formação de centrais sindicais;
9. essas entidades poderão livremente se filiar a organizações internacionais;
10. nenhuma lei poderá restringir a aquisição de personalidade jurídica com base em restrições aos princípios antes enunciados;
11. essas entidades deverão respeitar a lei, estando sujeitas ao Poder Judiciário; gozam de autonomia não de soberania;
12. poderão ser constituídos sindicatos de funcionários públicos;
13. a Convenção não se aplica à polícia, nem às forças armadas, que só serão beneficiadas pelos princípios da Convenção se houver legislação específica autorizando.

A nossa legislação, ao contrário, estabelece, como regra, limites, mencionando-se:

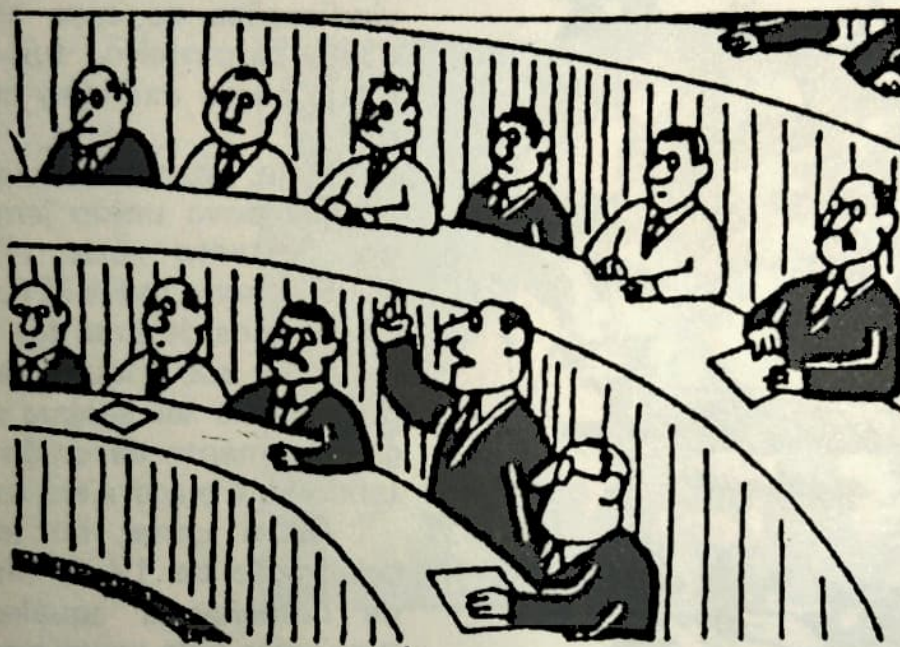
1. o reconhecimento das entidades sindicais depende de autorização do Ministério do Trabalho;
2. só será concedida a carta de reconhecimento a associação profissio-

- nal previamente reconhecida pelo mesmo órgão;
3. o âmbito de representação, seja quanto à base territorial, seja quanto à representação profissional, será delimitado pelo Ministério do Trabalho.
4. não será reconhecido mais de um sindicato representativo da mesma categoria em uma mesma base territorial;
5. os estatutos deverão ser aprovados pelo Ministério do Trabalho;
6. o processo de reconhecimento será regulado em instruções do Ministério do Trabalho;
7. são condições de funcionamento do sindicato: a proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições; a proibição de propaganda de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato; a proibição de cargo eletivo remunerado pelo sindicato ou entidade sindical de grau superior; a proibição do recebimento de salários da entidade sindical; a proibição de qualquer atividade político-partidária; a proibição da cessão da sede da entidade para atividade de índole político-partidária;
8. a administração do sindicato será constituída por uma diretoria composta de no máximo 7 e no mínimo 3 membros e de um conselho fiscal composto de 3 membros;
9. a diretoria elegerá entre os seus membros o Presidente;
10. as eleições serão reguladas por normas e por Portaria Ministerial;
11. o candidato deve ter mais de 6 meses no quadro social e mais de 2 anos na profissão.
12. não podem ser eleitos os que: não

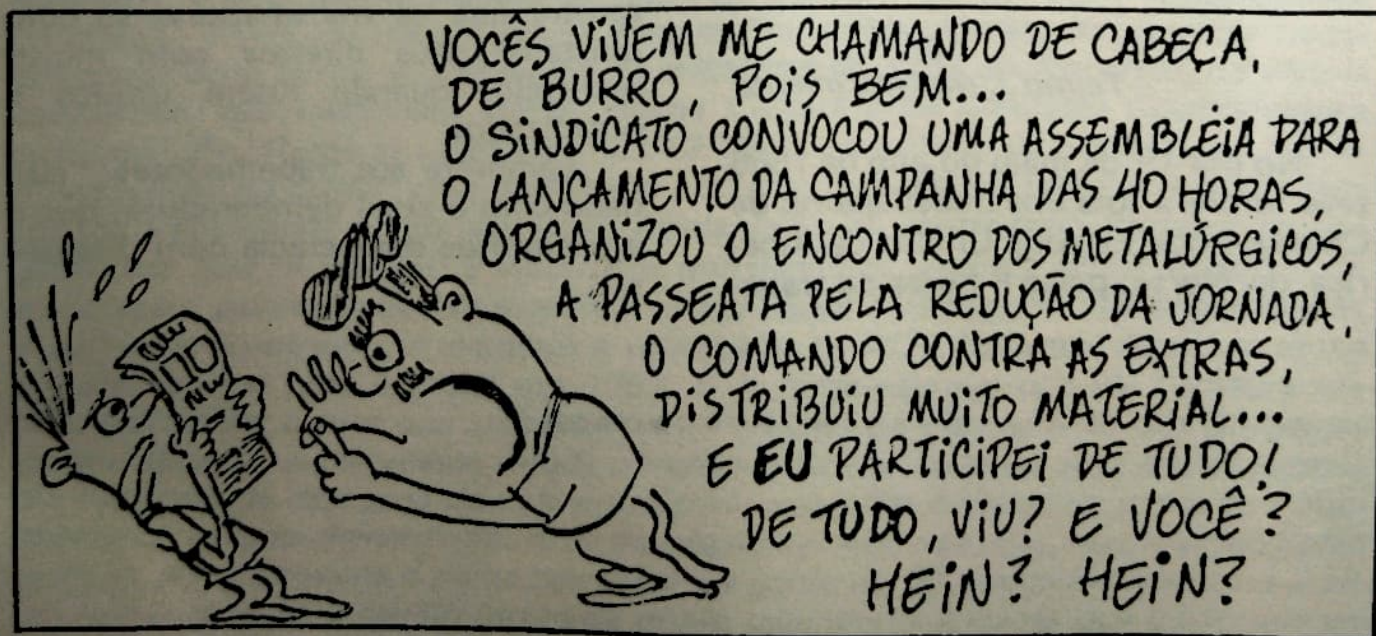
tiveram definitivamente aprovadas as suas contas de exercício em cargos de administração; os que lesaram o patrimônio de qualquer en-

tidade por crime doloso, enquanto persistirem os efeitos da pena; os que não estiverem no gozo de seus direitos políticos.

●●●●●●●●●●



Assembléia da OIT de 1948.



Luta pelas 40 horas -- hoje.



HISTÓRICO DO DIA 1º DE MAIO — EQUIPE DE PETROLÂNDIA (PE)

Telmo J. do Nascimento

No dia 1º de maio do ano de 1866 teve início a luta dos trabalhadores de Chicago, nos Estados Unidos da América do Norte, pelas 8 horas de traba-

lho. Unidos em praça pública, homens, mulheres e crianças, sem distinção de cor, função e família a que pertenciam lutaram até o fim, 7 deles sofrendo inclusive o enforcamento. Daí teve início a comemoração do Dia Mundial dos Trabalhadores, de suas lutas e reivindicações de cada ano. São José, como carpinteiro, foi colocado pela Igreja como exemplo aos trabalhadores.

Hoje, estamos precisando nos unir, porque povo unido jamais será vencido. Portanto neste 1º de Maio de 1985, vamos todos às ruas comemorar os 99 anos de luta dos trabalhadores. Sabendo que muitos deles já morreram, mas o seu sangue serve para irrigar a semente da união que está brotando aqui e agora em todo o mundo.

Assim como no ano passado a celebração do 1º de Maio hoje, além de homenagear aqueles que deram suas vidas pela causa operária deve ser uma ocasião para denunciar os graves problemas dos trabalhadores e motivá-los a discutir seus problemas e as formas de luta para que de fato a situação operária mude a história e mostre que os trabalhadores só conquistam seus direitos com muito sacrifício, quando lutam unidos e organizados.

Lembrete aos trabalhadores: "cuidado com a atual democradura, que é a mistura de democracia com ditadura".

●●●●●●●●●●



ACO Informa



PADRE ROMANO ZUFFEREY

Nosso companheiro, Pe. Romano, Assistente da ACO no Nordeste e, por dois períodos, de 1968 a 1974, assistente nacional, faleceu no Recife no dia 12 de fevereiro. Até o último instante de sua vida permaneceu fiel a seu compromisso de doação total aos trabalhadores. Para melhor conhecimento de sua vida transcrevemos aqui vários depoimentos de militantes da ACO do Nordeste, de alguns assistentes, das mensagens de D. Hélder Câmara e da Comissão Coordenadora Nacional. Pe. Romano nasceu em 23/12/1910, na cidade de Sainte Lue, região montanhosa da Suíça. Veio de família operária. Seu pai era operário e ainda tem irmãos trabalhando como operários. Ainda na Suíça, desde cedo Romano foi um sacerdote que se dedicou à causa dos trabalhadores, vivendo entre operários da mineração, participando das suas alegrias e tristezas e ajudando-os no engajamento a partir do Evangelho. Atendendo à solicitação da ACO Nacional, Romano deixa a Suíça e vem para o Brasil em 1962. E durante esse período ele consagra sua vida em apoio à luta dos trabalhadores. Participa da estruturação dos primeiros grupos da ACO no Nordeste. Ajuda o movimento a se construir fora dos esquemas da religiosidade desligada da vida e integrado nas lutas comuns de todos os trabalhadores, independentemente de divisões religiosas, políticas, ideológicas. Sofre com os companheiros o clima opressivo do golpe de 64, chegando inclusive a ser preso por um dia e saindo direto da prisão para alertar pessoas que poderiam ser presas. Estimula o estudo da história da classe operária, a combatividade e a resis-

tência diante da ditadura militar, da opressão capitalista e da religiosidade estimulada pelos patrões. Apertando com força a mão dos companheiros, olhando firmes nos olhos na hora do brinde, rindo vigorosamente, falando duro diante de policiais, vestindo a camisa vermelha no dia de Pentecostes e no Primeiro de Maio, participando de tudo o que era Congresso, ato público, passeata e debate, nunca se omitindo, Romano foi um companheiro de todas as lutas e de todas as horas. O Senhor e a Luta, O Cristo e a Classe Operária foram o centro da sua vida. Seu exemplo germinou e frutificará nas gerações operárias.

PALAVRAS DE ROMANO

“Pernambuco e sobretudo Recife, está dividido entre duas orientações: Cleofas, representando o capitalismo e todos aqueles que têm medo de mudanças, e Arraes, homem do povo, representando o progresso e a esperança. Onde estão os cristãos? O PDC — Partido Democrata Cristão — escolheu votar em Cleofas, por medo do comunismo. Realmente, os cristãos têm dificuldade em se colocar na linha da esperança dos povos. Os cristãos têm fé, mas raramente têm a coragem da esperança.”

Trata-se apenas hoje, para os cristãos, de colaborar na promoção da Justiça com aqueles que estão dispostos a realizá-la. A Justiça não é menos Justiça quando realizada pela esquerda (7/10/62).

“A atividade religiosa dos patrões compromete a Igreja com o capitalismo e todas as suas injustiças. A presença da Igreja na fábrica deve ser assegurada não pelos patrões e pelos padres, mas por militantes autenticamente operários e autenticamente cristãos.. Militantes que assegurem a presença da Igreja, não pregando, mas vivendo o testemunho do espírito de Jesus Cristo, em toda sua vida entregue ao serviço dos companheiros. (Outubro/63)

“A voz dos trabalhadores em tempo de greve reveste-se de uma amplitude especial. Ela é tão perto do pão, da respiração, da vida; ela é tão humana, tão aberta sobre o espírito, de maneira a dar a impressão da voz dum profeta. A voz coletiva da classe operária que se levanta através do mundo, clamando em todas as partes os mesmos valores, não seria mesmo o profeta do nosso tempo? (Setembro/63)

DEPOIMENTOS DE MILITANTES E ASSISTENTES

AS POSIÇÕES MAIS CONSEQUENTES

“Quem teve oportunidade de acompanhar a trajetória da Ação Católica Operária a nível nacional, podia verificar que Romano defendia as posições que a gente poderia chamar as mais avançadas e mais consequentes da classe trabalhadora, no nível da organização e da participação dos trabalhadores.”

(João Paulo)

“Quando Padre Romano partia a hóstia ele dizia: ‘fruto do trabalho do homem’. E com isto demonstrava que tudo o que tem de bom em cima da terra é fruto do trabalho do homem.”

(Francisco da Guabiraba)

UM HOMEM DE ORAÇÃO

"Padre Romano não era só o animador, não era só o homem que impulsionava para a ação, o compromisso, para o engajamento. Padre Romano foi um homem profundamente humano e profundamente sacerdote, foi realmente um homem de Deus. Ele acreditava realmente em Jesus Cristo. Cristo para ele era a pessoa concreta, o companheiro, era o amigo, era o Senhor, era a razão de ser da sua vida. Aqueles que conversaram com ele sobre qualquer assunto, desde os problemas de militância aos problemas pessoais, devem se lembrar que sempre uma das suas perguntas era: o que pensa o Senhor a respeito disso aí? A presença de Deus na vida do Padre Romano pode ser sentida neste trecho de uma carta que ele escreveu aos seus familiares na Suíça, em 1973, depois de uma cirurgia, procurando tranquilizá-los a respeito da sua saúde: 'Pessoalmente este incidente não deixa de ter seus aspectos positivos. Tenho sentido o Senhor concretamente em minha vida, velando sobre minha saúde e ao mesmo tempo, me dando a paz. Enquanto que a qualquer momento, a vida podia me ser retirada, Paz ligada à Fé, quer dizer, à certeza de que, de qualquer maneira, eu não irei sair do caminho da vida, onde os homens continuarão a lutar para se unir e se realizar em Cristo.' "

(Lorena Araújo)

"Romano acreditou plenamente na importância de uma presença cristã no meio dos operários. E o movimento que surgisse da iniciativa, da criatividade, do compromisso dos trabalhadores, que na luz do Evangelho se fazia um fermento de libertação no

meio dos companheiros. Um movimento que dentro da Igreja, como Igreja, mantinha acesa a chama da classe trabalhadora, suas preocupações, suas reivindicações, suas esperanças. E Romano sofreu por fidelidade a essa proposta. Sofreu não somente por parte do sistema, dos poderes deste mundo. Sofreu dentro da sua própria Igreja. Num primeiro momento, em que ser padre comprometido com o trabalhador cheirava a subversão, a política. Num segundo momento, quando a Igreja toda vai se comprometendo mais com a causa dos trabalhadores, Romano sofreu também pelo questionamento que se fazia sobre a atualidade do movimento da ACO diante de outras propostas que começaram a surgir.

Nós acreditamos na fidelidade de Romano, nós acreditamos na atualidade e na validade da proposta da ACO, um movimento de Igreja que tem toda razão de ser, tem uma história pra contar e pra levar adiante..."

*Padre Reginaldo Veloso,
pároco do Morro da Conceição
em Casa Amarela — Recife)*

"Os encontros da ACO são para aprofundar os trabalhos de evangelização, os temas, as questões, os problemas. E tudo parte da vida. E sempre Padre Romano repetia isso para nós. A vida — e ele tinha um jeito de fazer assim com as mãos — é a vida, são os fatos, são os acontecimentos. No bojo dos acontecimentos está o grito de Deus. Ele fazia este apelo para a nossa ação, para o nosso trabalho. Então, meu querido velho guerreiro, eu quero testemunhar o meu afeto, a minha gratidão pela tua amizade, e agradecer o teu exemplo, a tua coragem no meio da classe operária do nosso país."

(Padre Moisés Lindoso — Recife-PE)

"Padre Romano sempre estava presente na hora em que se precisava, nas horas mais difíceis. Na greve, na articulação sindical, no bairro, em qualquer lugar, Romano nunca media distância, mesmo doente ele comparecia. Eu acho que a Suíça mandou o maior presente para o Brasil. Romano veio enviado por Deus se juntar a nós brasileiros. Veio e cumpriu sua missão. Foi perseguido mas não desistiu. Lutou até o fim. Plantou a semente e ela germinou, está viva."

(José Francisco Pontezinha)



MENSAGEM DE D. HELDER CÂMARA

"Ele não perguntava quem estava sofrendo. Estava sofrendo? Era com ele! O Padre Romano tinha esta fé. Ele amava o trabalhador porque ele amava a criação humana. Ele amava o trabalhador porque sabia que o trabalhador sofrendo era de fato um filho de Deus sofrendo — e era também o próprio Cristo.

Foi tão bonito ouvir aqui depoimentos sobre aquilo que ele fazia com

a maior simplicidade. A maneira dele partir o pão. A maneira dele ler o Evangelho. A gente sente a sinceridade. Porque se a pessoa está meio burocratizada faz aquilo mais ou menos assim mecanicamente. Não era o que acontecia com o Padre Romano. Por mais cansado que ele estivesse, missa era missa, oração era oração. E sobretudo ele sabia que era oração esplêndida ficar escutando os militantes. Para mim é uma das mais belas lições que ele nos deu. Olhe que não é fácil escutar. É muito mais fácil falar. Escutar é muito mais difícil. E ele que no começo não entendia português, sobretudo esse nosso português assim já meio popular, ele ficava escutando.

Mas meus irmãos, não vamos ficar só na recordação. Nós não seríamos dignos de um Padre Romano, se não continuássemos a caminhada. É por isso que quando o irmão falava com tanta sinceridade, eu quase que chegava ali perto dele, quando ele disse: 'Padre Romano ganhou tudo, nós perdemos tudo!' Perdemos tudo não, companheiro. Perdemos tudo não. Não só porque ele está vivo conosco, mas porque nós estamos decididos a continuar o exemplo dele. E o que o Padre Romano nos lembra é que vem aí trabalho que não acaba mais. Vem aí a Constituição que deve ser feita. Os trabalhadores precisam, sem perda de tempo, discutir entre eles, não esperar só que venham ensinar. Claro que a gente ganha às vezes, em escutar. São pessoas sinceras, são pessoas de estudos, a gente ganha em escutar.

Mas ganha também em escutar quem muitas vezes não teve ocasião de aprender com os livros mas aprendeu com a vida. Pra mim essa turma toda aqui é universitária. Da universidade da vida. Universidade do trabalho.

Padre Romano precisa ser continuado. Nós não podemos ficar só na saudade. A saudade verdadeira é aquela que nos impulsionará para não deixar que caia o esforço da classe operária. E eu deixo aqui este desafio fraterno. Olhem que uma Constituição é muito mais importante do que a gente pensa. O que a gente já passou aí já deu pra experimentar o que é andar sem Constituição, a gente ver derrubar a Constituição com qualquer Decreto-Lei.

Nós temos que ter uma Constituição que tenha tudo que deve ter para garantir os nossos direitos, direitos humanos, direitos do trabalhador, porque por exemplo, a Lei diz assim: "Todos são iguais perante a Lei." Mas nós temos que arranjar um jeito de meter dentro da Constituição o que garanta que aquilo não vai ficar na palavra, que aquilo não vai ficar no papel, que aquilo vai ser Lei pra ser vivida, pra ser defendida com o nosso esforço. Vamos lutar agora por isso. Mesmo aqueles que estão afastados da prática religiosa, a gente compreende. Não se pode estar agora pensando que só quem tem fé é sincero. Ah, meus irmãos, quem tem fé tem mais é responsabilidade!

E agora eu vou pedir a todos os concelebrantes que, juntamente com o Cristo, tão amigo dos operários, do Cristo trabalhador, que juntos abençoemos a nossa classe trabalhadora, e aqui, ao comemorarmos a memória do Padre Romano, nós, a Igreja do Cristo do Nordeste, como, também Igreja do Cristo do Brasil, assumimos novamente o compromisso de não abandonar a classe trabalhadora, de sofrer com ela o que for preciso. De nos alegrarmos com suas vitórias, mas, sobretudo, de estarmos juntos, unidos,

irmãos, nas horas difíceis, nas lutas que não haverão de faltar. A todos abençoe o Deus Todo Poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo. Vamos em paz e o Senhor nos acompanhe. Amém."

MENSAGEM DA COMISSÃO COORDENADORA NACIONAL DA ACO

NOSSA DESPEDIDA AO COMPANHEIRO ROMANO

*Nosso Companheiro e Amigo
Romano passou da Morte para a
Ressurreição — Passou da Luta para
a História."*

Desde a sua chegada ao Brasil, o padre Romano viveu junto com os trabalhadores do Nordeste um dos períodos mais difíceis da História da Classe Operária.

Assistiu ao nascimento da ACO em São Luís e São Paulo em 62, em 1968 foi assistente nacional, mandato que ele repetiu até 1974.

Ajudou a segurar o movimento perseguido nos anos mais repressivos da nossa História.

Incentivou o lançamento da ACO do Nordeste dos livrinhos: "Nordeste, Desenvolvimento sem Justiça" — "100 Anos de Suor e Sangue" — os primeiros cadernos da "História da Classe Operária no Brasil".

Ao ser ameaçado de expulsão, ele resistiu com dignidade e coragem, suscitando uma grande solidariedade de todos os pontos do país, fazendo recuar os responsáveis de tal tentativa.

A ACO de Pernambuco e de todo o Nordeste cresceu e se firmou em grande parte por causa do testemunho e do acompanhamento que ele soube manter.

A dupla fidelidade à classe operária e a Jesus Cristo é para nós a base de toda nossa militância como ACO.

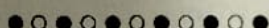
Os militantes da ACO devem esta identidade ao juramento que ele fez de dar a própria vida pela classe operária.

Na verdade, nesses últimos anos, apesar de uma saúde muito frágil, nunca ele perdia uma oportunidade de marcar presença nos momentos difíceis da classe operária.

Por todas essas razões, a Comissão Coordenadora Nacional da ACO quer expressar todo o reconhecimento a Deus por nos ter enviado este grande companheiro e sacerdote.

Temos a certeza que ele vai continuar conosco fazendo germinar novas sementes de militantes e assistentes, para dar continuidade à missão que ele assumiu.

Que o Pai o acolha e seu exemplo permaneça em nossos corações . . .





ENCONTRO REGIONAL: BÍBLIA — FAMÍLIA — MILITÂNCIA

Sonia Miranda

Esse encontro ocorreu nos dias 24 e 25 de novembro, em Cotia — SP, com a participação de 36 militantes, pouco mais da metade do que se esperava. O pequeno comparecimento deveu-se à limitação de 60 pessoas (no máximo 3 por equipe) devido ao local muito pequeno, o que levou a Regional a pedir que não levassem crianças (critério não-rígido), por causa das acomodações inadequadas. Isso levou muita gente a não participar, ou justificar a ausência (colocado na avaliação). A Equipe Regional reconheceu, e disse que isso não pode mais ocorrer. Foi meio contraditório, um encontro de família, sem o comparecimento da família. Mas o encontro em si, foi muito bom. Participação total dos presentes. Foi coordenado pela equipe de Osasco que também preparou. Sendo um segundo encontro com o mesmo tema, tentou-se não repetir o primeiro, mas dar um passo. Embora seja muito difícil não se repetir alguns pontos, o que não é de todo

negativo, uma vez que tem sempre gente nova participando.

No primeiro dia, levantaram-se os pontos do AGIR do encontro anterior. Tentou-se lembrar e refletir sem ler na Bíblia, sobre a Família de Nazaré. O próprio nascimento de Cristo já foi uma dificuldade. O pobre Menino ao nascer já ameaçava o poder de Herodes. E já no início seus pais tiveram que fugir com Ele para o Egito. Independente de Sua vontade, já houve um massacre (a matança das crianças do sexo masculino na faixa de Sua idade). Aí já está embutida uma luta de classe. Depois a família perde Jesus no Templo. Quando o procuram ouvem "Não sabeis que devo me ocupar das coisas de meu Pai?" Maria não entendeu, mas guardou as palavras. José, porém, era simples, não deve ter nem notado.

Como na época da Família de Nazaré, hoje as classes sociais têm grande influência na família. Os pais já não têm mais o controle da educa-

há que se pensar numa nova sociedade na qual se encontre respostas a toda a problemática que envolve a família para a solução dos problemas. Por outro lado, não tem jeito de se falar em união familiar sem se falar em classes sociais, portanto, em luta de classe.

As condições de trabalho e falta de condições de educação e assistência à infância e paternidade/maternidade, começando aí um problema de classe. Horas extras, moradia distante do trabalho, falta de infra-estrutura, creches decentes, tudo isso influi na constituição de uma família sadia, ou pelo menos resistente aos ataques de fora.

Foram lançadas três questões para serem aprofundadas e discutidas em grupos:

1. Que relação existe entre consciência de classe, militância e família?

2. O que diz o papa sobre consciência de classe?

3. O que diz a Bíblia sobre consciência de classe? (Lucas 16-26)

Na primeira questão o pessoal parecia meio perdido, com alguma dificuldade de deslanchar, porém caminhava. Colocou-se que, quando uma pessoa toma consciência de que faz parte de uma classe explorada, parte para uma militância (engajamento) num partido político, sindicato, movimento de bairro, igreja, ou cai no outro extremo: se fecha, se aliena, vira crente, ou quer sair dessa, puxando o saco prá subir na vida. Aí, a família pende para onde ele levar (se tiver o controle dela).

No que diz respeito à opinião do papa sobre as lutas de classe, os militantes foram quase unânimes em dizer

trabalho e Capital — reconheça que há uma exploração, porém não propõe nenhuma mudança. Como qualquer mudança nesse sentido obrigatoriamente passa por luta de classes. Embora, ainda, esse documento seja consenso, a orientação de muitos bispos é de que se mantenha a situação de opressão e injustiça que aí está. E a família está no meio de tudo isso. Assim, os militantes lembraram-se do abismo que há entre os ricos e Lázaro. Quando o rico pedia ao anjo ou Lázaro que mandasse um mensageiro até sua família, a fim de que ela se convertesse, o que não foi permitido, pois a família rica não iria acreditar. Respondeu Lázaro: já existem os profetas e eles não os ouvem e nem crêem.

Há realmente um infinito abismo que separa o explorador do explorado. E o papa parece não acreditar. Talvez seja o fato dele ser europeu e a realidade na Europa, hoje, é a luta pela preservação da vida e sua manutenção (ecologia, desarmamento), enquanto que no Terceiro Mundo, mais na América Latina, luta-se por causas elementares, ou seja, a luta ainda é pelo direito à vida.

Nesse aprofundamento ficou misturado o que diz o papa com o que diz a Bíblia, pois está mesmo muito ligado.

No segundo dia do encontro, a coordenação, que na véspera havia pedido uma comissão para ver as dificuldades que estavam encontrando, para dar um bom encaminhamento ao segundo dia, preparou dividindo o pessoal em dois grupos. Um grupo defendendo a família que se tem hoje (inclusive consciência de classe, que no dia anterior parecia bicho de sete ca-

beças, e militância mais precisamente) e o outro grupo tinha que atacar esse modelo de família, e propor uma nova família, uma nova sociedade).

Foi até engraçado, pois do lado daqueles que tinham que defender a atual família, não se inscreviam e foi preciso esperar, pois os atacantes estavam se inscrevendo em disparada. Tinham que ser intercalados — um atacava, outro defendia, começando por um que defendia. Os que defendiam não representavam muito bem. Foi realmente divertido. Depois houve um rápido debate; surgiu também uma nova sigla ao lado da RVO, a RVF — Revisão de Vida Familiar, o que apareceu em muitas ocasiões, por isso exigiu que se aprofundasse essa RVF.

Para os grupos discutir, foram lançadas as seguintes questões para ajudar o encaminhamento do JULGAR no segundo dia:

- a) Que tipo de família queremos?
- b) Até que ponto as equipes ajudam a família? (a ajuda tem que passar pela RVO)

Ficou claro que não é essa a família que queremos, a atual.

Quanto à ajuda da equipe à família, quando ocorre, ela é a melhor coisa. Foram vistos fatos concretos de ajuda financeira em casos de desemprego, quando analisadas a fundo as causas (porque existem uns que são desempregados crônicos), em caso de doença grave. Essa ajuda ocorre com mais frequência nas equipes onde se pratica a RVO (ou RVF, como muitos preferiram classificar). Pois surgiram muitas discussões sobre a revisão do engajamento, do trabalho (RVO) e RVF mais da vida familiar. Foi tam-

bém dito que a ACO não é um prato feito, que tem a solução para tudo, mas que dá as dicas e indica as soluções. E cada caso é um caso. Foi visto também que a aplicação da RVO é muito difícil na maioria das equipes.

Finalmente o AGIR:

- levar sempre os problemas para discutir na equipe;

- manter diálogo num clima de confiança, ou reunião sistemática cada 15 dias (os pais e filhos), levando em conta o respeito mútuo;

- levar os membros da família a ter espírito crítico de cada situação;

- optar por um só engajamento como prioritário;

- programar atividade paralela para os filhos nas ocasiões de Encontros e Seminários (creche para os pequenos com gente do nosso nível de militância para essa tarefa);

- aplicar as experiências da saudosa companheira Florípes;

- estudar a Bíblia vendo os quatro lados;

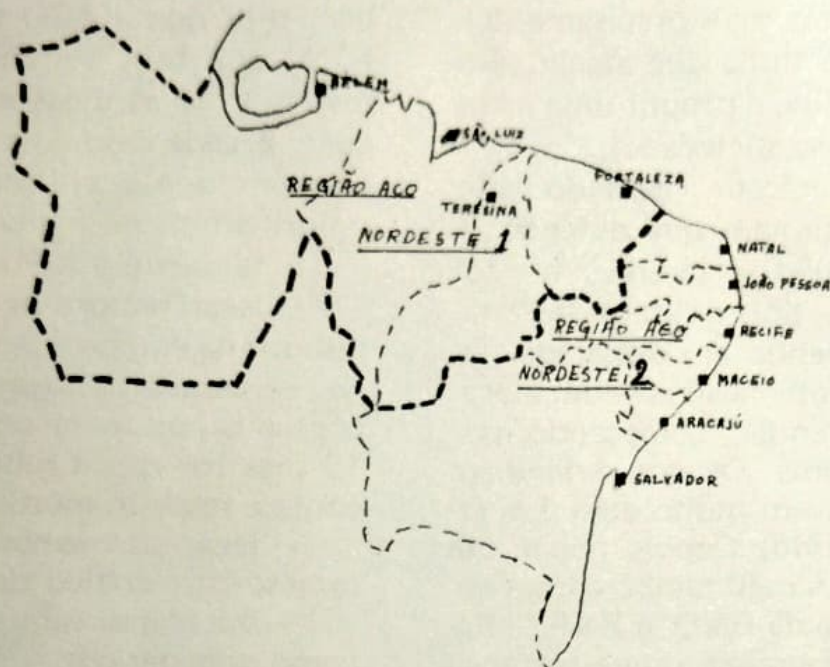
- procurar os militantes mais avançados que acham que orientação da ACO já se esgotou para eles, para que façam as propostas mais avançadas também. É um dever que esses companheiros têm para com a ACO;

- participar aprendendo e contribuindo nos seminários de formação (intercâmbio de experiências ajuda muito).

A Celebração foi só da palavra, pois nenhum assistente esteve presente.

A animação foi excelente, a cargo das equipes de Guaraciaba.

O relatório ainda não ficou pronto, mas em breve estará disponível para os interessados.



A EXPANSÃO DA ACO NO NORDESTE BRASILEIRO

Bernard Hervy

A expansão da ACO no Nordeste brasileiro é um fato que merece destaque, se forem levadas em conta as dificuldades encontradas para isso.

A ACO DOBROU EM 2 ANOS

Há dois anos atrás, o número de cidades com equipes ou grupos de ACO era reduzido. Os militantes se concentravam sobretudo em volta da grande Recife, com equipes esparsas em Pernambuco e embriões em Fortaleza, São Luís, Teresina.

Hoje as equipes que estavam iniciando, se firmaram, como deram nascimento a novos grupos. Assim foi em São Luís, que está com novo grupo no Maíba, e em Teresina, onde se reúnem três equipes e mais um grupo em fase inicial. Fortaleza se firmou como ACO meio de tantas dificuldades e lutas.

Recife e o Estado de Pernambuco dobraram praticamente o número das equipes; com mais duas em Olinda, mais duas em Paulista, mais uma em Abreu Lima e mais um grupo em Petrolina. Uma nova equipe nasceu em Maranguapé e outra em Artur Londgren.

O que chama a atenção nesses dois anos é a fundação da ACO em novos estados: na Bahia, criaram duas equipes em Camaçari e Dias D'Ávila, perto do pólo petroquímico, com esperança de novos grupos através de contatos feitos principalmente em Periperi, na periferia de Salvador. Juntando com a equipe de Paulo Afonso, pode-se desde já articular o primeiro seminário estadual em março/85. No Sergipe, nasceu uma equipe em Aracaju com 15 militantes bem dispostos, lutando em vários engajamentos. Na Paraíba, o se-

minário de formação de animadores deu oportunidade e incentivo para articular dois grupos em João Pessoa. No Rio Grande do Norte, além duma equipe em Natal, surgiram dois grupos no interior: em Mossoró e Areia Branca. Em Alagoas, há contatos para iniciar o primeiro grupo.

No Pará, após contatos dos liberados, e participação no Seminário de formação para animadores em S. Luís, o primeiro grupo de ACO nasceu dia 6 de janeiro de 1985, festa da Epifania, ou seja, o dia da expansão da Igreja para as regiões e culturas mais longínquas.

Podemos dizer que, em dois anos, dobrou o número de equipes e grupos de ACO em todo o Nordeste, totalizando hoje 28 equipes, mais nove grupos, sem falar em contatos que logo levarão a proposta de ACO se concretizar em mais cidades e mais periferias.

UMA NOVA REGIÃO DE ACO

Desde os tempos mais difíceis da repressão, nos anos 70, a ACO de Recife soube resistir e acompanhar as equipes e militantes que estavam em situação de perseguição. Nessa época, a ACO de Recife passou a organizar o secretariado da ACO Nacional e o Pe. Romano, saudoso assistente recém-falecido, foi assistente Nacional por duas vezes. Quando a sede nacional voltou para o Estado do Rio, Recife continuou articulando e incentivando a ACO de todo o Nordeste, chamando-se Região Nordeste. Aos poucos sentiu-se a necessidade de desdobrar a região em duas partes: a *Região Nordeste I*, que inclui os Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, e provisoriamente Pará; e a *Região Nordeste II*, reunindo Pernambuco, Rio Grande do Norte,

Paraíba, Alagoas, Sergipe e provisoriamente Bahia (ver o mapa).

A criação da nova Região Nordeste I revela a vitalidade das novas equipes, como o grau de organização dos militantes dispostos a assumir essa nova articulação.

UM CRESCIMENTO QUALITATIVO

Os seminários nacionais de dois anos para cá permitem descobrir o avanço dos militantes nos vários níveis. Isso foi confirmado pelos diversos liberados que visitam periodicamente as equipes em cada estado. Há um avanço na *consciência política* dos militantes do Norte ao Sul do País, os trabalhadores têm de se defrontar com a mesma realidade de exploração e de repressão. São os mesmos partidos, as mesmas tendências que atuam com objetivos nacionais. Nota-se nas equipes de ACO do Nordeste uma vontade de conhecer as orientações político-sindicais que influenciam hoje a luta dos trabalhadores. Os engajamentos diferem em algumas cidades por ter uma classe operária menos metalúrgica. Assim os engajamentos refletem a própria configuração da classe operária local. Dá-se mais ênfase à construção civil, funcionalismo, professores, castanheiros, vigilantes, comerciários e ... desempregados...

Há um avanço na *consciência da fé*. Sempre aparece a preocupação de fazer a ligação entre fé e ação, entre Bíblia e luta dos trabalhadores. Em cada cidade do Nordeste está se planejando seminários locais entre maio e junho, para ajudar os militantes a fazer Revisão de Vida e aprofundar os objetivos da ACO que nos permitirão guardar a nossa identidade.

OS DESAFIOS

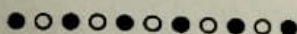
Todos reconhecem as dificuldades de expansão da ACO nos dias de hoje. Em primeiro lugar, como acompanhar as equipes e os grupos novos? A distância é grande, um ou dois dias de viagem de um estado a outro; há poucos assistentes; os liberados são reduzidos em vista da extensão de cada região; há muitas equipes novas que ainda não sabem como fazer a Revisão de Vida; falta uma visão clara dos objetivos da ACO; em geral, precisa formação permanente para todos e especialmente para os animadores. Isso é tarefa para o Conselho Nacional resol-

ver, a partir das necessidades expressas pelos próprios militantes.

A ESPERANÇA INABALÁVEL

As mortes recentes do Pe. Romano, como do Severino, que há pouco visitava equipes nordestinas, são sementes para uma nova colheita. Eles deram a vida pela classe operária; eles são sinais para a ACO crescer mais, se aprofundar mais, e estar cada vez mais presente em cidades ou estados novos.

O fermento presente na massa não tem limite para se expandir.



INFORME — ACO/MG

Realizou-se nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1985 um seminário de estudos, preparado pela nova equipe regional, eleita no final de 84.

Objetivo:

Valorizar os métodos usados na conquista e formação de novos e trocas de experiências, descobrindo a melhor forma de expandir o movimento.

Temas:

— Como fazer expansão — formação dos militantes e de grupos em outros locais e regiões.

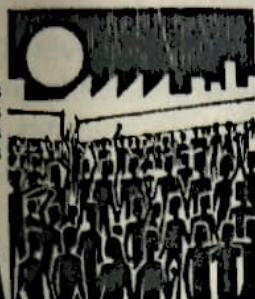
— Preparação — dinâmica da reunião.

— Papel essencial da coordenação, apresentado em forma de esqueleto.

— Como abordar novos companheiros.

— Perceber as lideranças naturais.

Somos
interdependentes
Sejam os
Solidários



SEMANA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE TRABALHADORA

De 24 de Abril a 1 de Maio /85 - JOC Juventude Operária Católica

INFORME DA JOC NACIONAL

Companheiros,

Conforme solicitação de vocês, estamos enviando uma pequena matéria sobre a Semana Internacional da Juventude Trabalhadora e o Ano Internacional da Juventude:

"Como vem fazendo nos últimos anos, a ONU resolveu consagrar o ano de 1985 como o Ano Internacional da Juventude. Para nós, jovens trabalhadores, este fato não representa nada de positivo, pelo contrário, é mais uma maneira de instrumentalizar a juventude. Você pode perguntar: Por que? Ora, o que representou o ano do deficiente para os deficientes? E para os milhões de menores abandonados, o que representou o ano da criança? E

assim por diante. Todos sabemos que o que vai transformar a realidade a que estamos submetidos é a nossa consciência e a nossa organização.

É neste sentido que a JOC, como uma organização alternativa para a juventude trabalhadora, vem organizando há vários anos a Semana Nacional da Juventude Trabalhadora. Esta semana tem sido organizada com o objetivo de possibilitar um espaço de discussão e organização da juventude trabalhadora frente à realidade e aos principais problemas como as péssimas condições de vida, de trabalho e desemprego e luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

A partir de 1983, com a realização do VI Conselho Mundial da JOC, esta semana passou a ter uma dimensão internacional e está sendo organizada em dezenas de países dos quatro continentes.

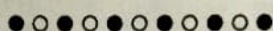
E no Brasil? No Brasil ela já está acontecendo em cerca de 30 cidades de norte a sul do país. Os jovens trabalhadores que estão preparando esta semana estão passando uma pesquisa que tem por objetivo levantar a realidade da juventude trabalhadora brasileira e servir de base para a preparação do 4º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores. A JOC é um movimento de formação e a JOC entende que a formação se dá a partir da própria ação que vamos desenvolvendo e da constante revisão e planejamento desta ação.

Por isso, a semana internacional que acontece neste ano é um passo importante para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho, pela conquista da jornada de trabalho de 40 horas semanais e pelo direito ao emprego.

Se você tem maior interesse de participar da semana internacional da juventude trabalhadora, você pode ler o Jornal Juventude Trabalhadora deste mês. Se você tem interesse em saber mais sobre o 3º e o 4º Congresso Nacional dos Jovens Trabalhadores, você pode ler o livro "Os Jovens Trabalhadores — Conquistando Trabalho e Justiça", basta você entrar em contato diretamente com o secretariado nacional

Para finalizar, queremos lembrar que o novo governo está tomando posse e prometendo uma Nova República. Aqui vão algumas perguntas para você refletir com os seus companheiros: O que teve de novo no processo de formação do atual ministério? Quem é novo nessa "turminha que acaba de ocupar a direção do país"?

Coordenação Nacional da JOC





NOTÍCIAS DA IGREJA

BISPOS DO NE QUEREM REFORMA AGRÁRIA NACIONAL

Os bispos da Regional Nordeste II da CNBB, reunidos em Olinda na 20ª Assembléia Ordinária do Conselho Regional da Pastoral, divulgaram ontem um documento de 13 pontos onde reivindicam "uma reforma agrária justa e racional, ampla e urgente, autêntica e corajosa, participada e não paternalista. Adaptada às diferentes peculiaridades das diferentes regiões brasileiras e acompanhada de adequada política agrícola, voltada prioritariamente para a alimentação do povo brasileiro". Foi uma das mais veementes intervenções dos bispos nordestinos sobre a questão da terra. (FSP — 22/3/85)

PARA D. ALOÍSIO, A ADVERTÊNCIA À BOFF NÃO AFETA A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O cardeal-arcebispo D. Aloísio Lorscheider afirmou ontem, no Rio, vindo de Roma e a caminho de Fortaleza, que a Notificação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé so-

bre o livro "Igreja: Carisma e Poder" do frei franciscano Leonardo Boff, "não enfraquece de jeito algum" a Teologia da Libertação. "Pelo contrário, deve ser cada vez mais aprofundada". Na sua opinião, a intenção da Santa Sé foi a de chamar a atenção sobre "possíveis caminhos" que podem levar a "possíveis desvios" da fé. "Só isto". (FSP — 25/3/85)

PARA ARCEBISPO DE CURITIBA, SEITA MOON ESCRAVIZA

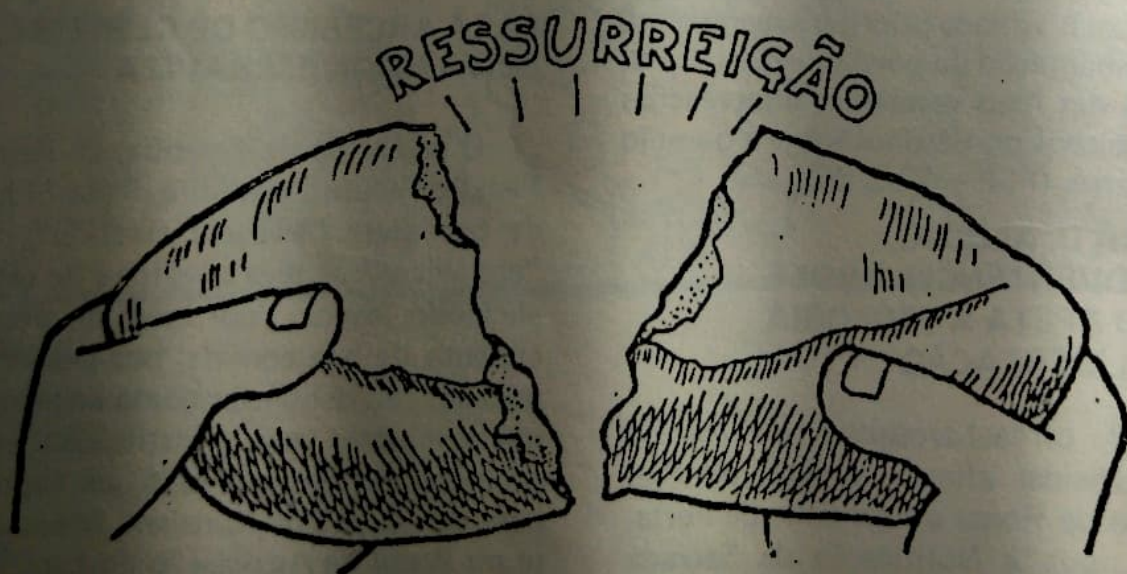
O arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, acusou ontem a Seita Moon de promover "lavagem cerebral", de "escravizar" os seus adeptos e de estar aliciando jovens, "por meio do oferecimento de boa comida, boa bebida e música", ao denunciar como enganoso um seminário que a instituição está promovendo em sua sede, na capital paranaense. Waldir Cirpiani, presidente no Brasil da Associação do Espírito Santo para a Unificação do Cristianis-

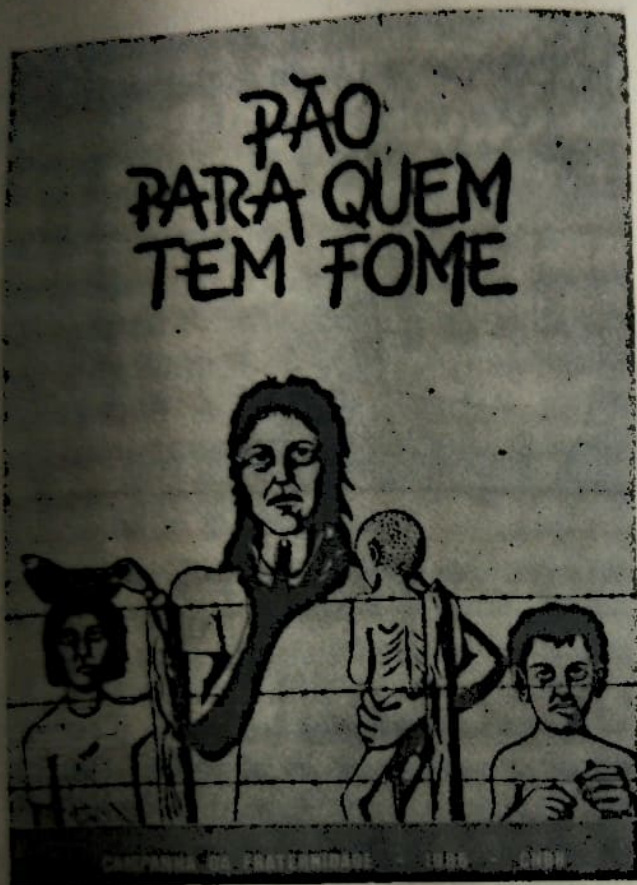
mo Mundial, que está em Curitiba participando do seminário, refutou as acusações de D. Pedro, dizendo que não tem fundamento esse tipo de acusação. Segundo D. Pedro, a pretexto de discutir a paz mundial, os seminários têm outros objetivos. A seita, acusa D. Fedalto, é vinculada a organizações de extrema direita nos Estados Unidos e tem ligações com a CIA, que tem interesse em seu funcionamento "por sua postura de combate ao comunismo". O arcebispo diz ter encaminhado essas denúncias à direção da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros. (FSP — 21/3/85)

IGREJAS LIDERAM A INICIATIVA PELA PAZ NA AMÉRICA CENTRAL

Fidel Castro mandou pedir a Leonardo Boff os quatro últimos livros do teólogo brasileiro da libertação. Ortega conversou com Boff durante mais de uma hora. Em Havana, se reuniram

pela primeira vez representantes de igrejas cristãs de Cuba e da Flórida, Estado norte-americano. O "Movimento Nacional do Santuário" já reúne 166 igrejas dos Estados Unidos e abriga no momento quatrocentos refugiados "ilegais" centro-americanos. Os bispos da América Central se reuniram na Costa Rica e concluíram que a guerrilha é produto da injustiça. A relação de fatos mostra o seguinte: as igrejas se colocam na linha de frente da batalha pela paz na América Central. A Conferência das Igrejas Cristãs de Cuba e da Flórida divulgou documento no qual está dito que "uma paz justa e duradoura só será conseguida por meio da reconciliação e do entendimento". Cristãos cubanos e norte-americanos pedem a normalização das relações entre seus países. O bloqueio econômico a Cuba "cria obstáculos à voz profética da Igreja cristã na busca do imperativo bíblico de identificar-se e atuar de modo solidário com os mais pobres. (FSP — 21/3/85)





PÃO PARA QUEM TEM FOME

Mario Aquino

As palavras de Mateus continuam sendo um forte questionamento a qualquer um que queira se chamar de cristão: Tive fome e me destes de comer... (Mt. 25,35)

Pelos séculos essas palavras de Jesus ecoam e, quando analisamos o mundo de hoje, vemos que o flagelo da fome continua sendo um grande carrasco para a vida do pobre.

E não precisamos ir para a África, a Etiópia, para falar da fome. Esse fenômeno, vemos todo dia à nossa volta. É o homem que passa e vive ao nosso lado que está com fome.

E as palavras de Mateus continuam ecoando nos nossos ouvidos: Tive fome...

A tentação é grande e a grande maioria dos cristãos apelam para "soluções" que na verdade não resolvem o problema; pelo contrário!

Os cristãos sempre foram especialistas em fazer campanhas para ajudar os pobres e famintos. Isso é muito importante porque, se o homem tem fome, não adianta lhe desejar Paz e Felicidade (cf. Tg. 2,15-16), mas, muitas vezes, nós cristãos nos acostumamos e fazemos só isso.

E muita coisa se esclarece quando se faz a pergunta crítica:

O QUE GERA A FOME?

São Paulo, na Primeira Epístola a Timoteo, no capítulo 6, versículo 10, nos diz: ... a raiz de *todos* os males é o amor do dinheiro...

E podemos afirmar com todas as letras que é o problema da distribuição da riqueza nos dias de hoje que gera toda essa situação de miséria do povo e da classe operária.

No mundo em que vivemos, existe uma minoria que tudo possui e a grande maioria da população que nada tem, nem mesmo o mínimo indispensável para a sobrevivência.

Em 1979, a produção mundial de cereais, segundo dados da ONU (FAO), foi de 1.370 milhões de toneladas. A distribuição igualitária dessa produção poderia assegurar 300 quilos de cereais ao ano por habitante da terra. Quantia essa mais do que suficiente para a sobrevivência normal da humanidade. O problema, portanto, não é de produção, mas de distribuição e controle daquilo que se produz. Em última análise é problema de decisão, de participação, enfim, de justiça.

Diante dessa realidade, se realmente cremos que o Evangelho é vida e não letra morta, se cremos que Jesus Cristo é o Senhor do mundo e quer

um mundo de cristãos, então, não podemos ficar sossegados diante desse problema tão gritante e absurdo.

Em nossas ações, além de atender os necessitados, nas suas necessidades básicas e imediatas, devemos lutar para que não haja mais pessoas nessa situação.

Precisamos atingir a raiz dos problemas.

É necessário trabalharmos para a união do povo e dos trabalhadores. Incentivar o trabalho das Comunidades de Base e Sociedades Amigos de Bairro a nível local de moradia.

É necessário fortalecer nossos sindicatos, participando e atuando dentro deles e, caso o Sindicato não responda às aspirações dos trabalhadores, começar a organizar oposições sindicais para dinamizar o trabalho nesse campo. Ainda no campo sindical é necessário lutar pela autonomia e liberdade sindical que são as grandes necessidades do sindicalismo brasileiro.

É necessário, por fim, fortalecer nossas instituições políticas. Participar e fazer que os partidos sejam realmente locais de se discutirem e se propo-

rem soluções para os problemas do povo e dos trabalhadores. O povo tem de acabar com a visão de que política é coisa suja. O povo e os trabalhadores precisam invadir a política.

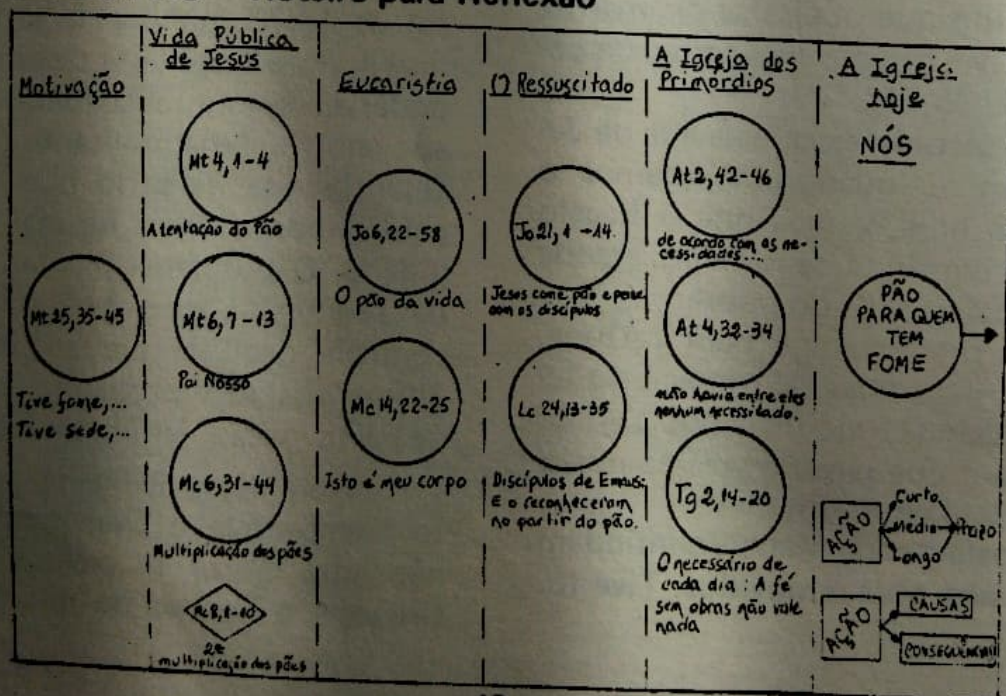
É necessário também, a nível de Igreja, ter uma participação mais ativa, responsável e consciente, fortalecer os movimentos leigos na linha da ACO e JOC. Refletir sempre a Palavra de Deus e colocá-la de maneira muito forte na nossa vida.

Enfim, é necessário termos um projeto de uma nova sociedade que acabe com a exploração do homem pelo homem.

Se agirmos assim, vamos estar recuperando a grande tradição que vem desde Jesus, onde as questões são vistas na sua raiz, com profundidade.

Vemos, portanto, que o problema da fome no mundo e no Brasil é um problema político, que depende da organização e capacidade de luta dos oprimidos e explorados. E pelas próprias palavras de Jesus, sabemos que o pobre é bem aventurado e querido de Deus, verdadeiro herdeiro do Reino. (Lc. 6,20)

O SÍMBOLO DO PÃO – Roteiro para Reflexão



Este roteiro é para refletir em grupo (de preferência) ou individualmente.

A cada texto, devemos seguir o seguinte esquema.

1. O que esse texto diz para a minha vida pessoal? E para a vida da classe operária?

2. Aprofundar o texto, respondendo às questões:

- a) Onde ocorre o fato descrito no texto?
- b) Quem são as pessoas envolvidas no texto?
- c) O que acontece no texto?
- d) Que conflito esse texto apresenta?

Observações:

— As questões "a" e "b" podem ser vistas e aprofundadas consultando o livro "Jesus, sua terra, seu povo, sua proposta", da ACO.

— Às vezes é necessário voltar um pouco no texto para se responder a questão "a".

— A melhor maneira de aprofundar esses temas é lendo antes o texto que vai ser estudado em casa e levar as reflexões e respostas por escrito ou pelo menos anotando as idéias principais. Isso deixa o trabalho no grupo mais rápido, fácil e profundo.

3. Conclusão do grupo (ou pessoal) sobre o texto e mensagem para nós hoje: Houve uma mudança de visão? Qual a proposta de Jesus Cristo para nós hoje?





NOTÍCIAS SINDICAIS

CAMPANHA SALARIAL DOS METALÚRGICOS DO ABC, CUT E FIESP

Gilda Fioravanti

Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e R. Grande da Serra é onde está a base do Sindicato de Santo André, com 40.000 metalúrgicos e 400 empresas. Entre essas empresas, 21 delas abrangem 25.000 trabalhadores.

Estão no bloco da CUT 6 sindicatos independentes e mais 2 oposições: S. Bernardo, Santo André, S. José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Itu e mais as oposições de S. Caetano e Limeira, representando 290.000 metalúrgicos. O outro bloco é o da Federação, que negocia em nome de mais ou menos 30 sindicatos do interior, representando menos de 120 mil trabalhadores.

Nos últimos anos as táticas de negociação do bloco da CUT, foram diversas, desde a greve geral (de 79, 80, 81, 82), das greves por fábrica ou por bloco de fábricas antes de assinar o acordo (83) e greve pipoca e operação tartaruga, depois de assinar o

acordo (84), quando se assinou o mínimo conseguido e depois durante mais de dois meses fizemos greves e acordos, fábrica por fábrica, conseguindo o máximo. Durante o ano de 1984, o bloco independente da CUT fez do acordo assinado com a FIESP, letra morta. É bom ressaltar que nenhum decreto de arrocho salarial do governo chegou a ser aplicado na íntegra para os trabalhadores de base do Sindicato de Santo André e S. Bernardo. Na prática foram derrubados.

Em 1985, em plena campanha salarial, soubemos que os patrões estão preparados diante de qualquer uma das táticas utilizadas:

- a) DA GREVE GERAL DA CATEGORIA — apesar de não descartada, é uma possibilidade difícil, pois na atual conjuntura econômica somente as fábricas ligadas à exportação poderiam resistir por muito tempo.

b) **DA GREVE TARTARUGA** — só funciona em empresas grandes, com alto grau de organização, onde há comissão de empresa. Por exemplo: nas montadoras de S. Bernardo. Não seria possível em S. André porque na maior empresa ali existente de auto-peças, a COFAP com 7.000 empregados só a partir do final de 84 começou a se mobilizar.

c) Já percebemos pelos primeiros ensaios deste ano, que não será possível desenvolver greve de empresa por empresa (greve pipoca), porque os patrões irão resistir em bloco até dobrar nossa espinha.

d) **A nossa proposta para este ano** — será mobilizar para a greve geral, toda a categoria, escolhendo por grupos de atividades econômicas (laminados, auto-peças, etc.), ou aquelas fábricas mais vulneráveis (de estoque, contrato de exportação), conseguindo assim um acordo favorável com determinados grupos de empresas, com isso poderíamos quebrar a espinha dos patrões, dividindo os diversos grupos patronais que compõem o grupo 14 da FIESP.

Mas para mobilizar os trabalhadores é necessário:

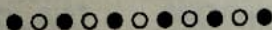
— Que o governo e os patrões consigam entrar em acordo com os metalúrgicos de S. Paulo. Só assim se fortalecerá a luta de todos os trabalhadores do Brasil, tendo como referência a vitória do trabalhador de S. Paulo.

— Sem um alto grau de mobilização dos trabalhadores, a FIESP vai nos enrolar durante muitas semanas e os ânimos vão esfriar, e seremos derrotados. Uma derrota dos metalúrgicos do ABC deixará a "Nova República" livre para determinar sua Política Econômica e continuísmo como propõem fazer os novos ministros da Área Econômica.

— Será necessário fazer uma passeata precedida de comícios dentro e fora das fábricas, como demonstração de força para mobilizar a categoria e acelerar as negociações com a FIESP.

— Além do mais são necessárias reuniões por fábricas e grupos de fábricas para reforçar o comando de mobilização.

— Os passos seguintes — só depois de avaliar o que conseguimos com as propostas acima, em termos de disposição de ação da categoria e medir a força dos patrões, poderemos partir para a greve conjunta das 8 categorias por sindicatos ou por grupo de categoria, de acordo com a avaliação feita.



A LUTA DOS METALÚRGICOS DE NITERÓI

— LUTA PARA SOBREVIVER COMO CATEGORIA

Este é um resumo histórico dos operários dos estaleiros da construção naval de Niterói, procurando mibilizar a opinião pública para levar a Petrobrás a contratar a encomenda de 3 navais como única maneira no momento de garantir a permanência no emprego de 2.300 operários do estaleiro naval correndo risco de desemprego.

Os trabalhadores metalúrgicos do setor de Indústria Naval foi a categoria escolhida para ser massacrada nos últimos 20 anos de governo militar.

Em 1964, quando estourou o golpe militar, o nosso Sindicato, como muitos outros, foi invadido, nosso patrimônio roubado (mesas, cadeiras, máquinas de escrever, etc.), só restando o prédio danificado porque não cabia nas viaturas de transportes.

Os trabalhadores que não foram presos e nem responderam a inquérito ficaram marginalizados da vida sindical. Tivemos nossos direitos conquistados com muita luta totalmente revogados, como: semana de 40 horas, quadro de carreira, férias de 30 dias quando a CLT era de apenas 20 dias, etc. Éramos enquadrados no 1º grupo da Federação Marítima como operários navais e com o golpe nos enquadraram no 14º Grupo como metalúrgicos. Este enquadramento levou mais de seis anos, para ser decidido e enquanto isto nós nem éramos operários navais nem metalúrgicos.

Com quase 10 anos de desmantelamento total, esta categoria foi aos poucos se articulando em torno do Sindicato dos Metalúrgicos. Em Niterói, a partir de 1976, instauramos o 1º dissídio coletivo e conseguimos em 1977, por sentença normativa, recuperar o percentual de horas extras a 100% perdido em 64.

Daí pra cá começamos a fazer campanhas salariais e pouco a pouco nos afirmamos como categoria profissional. Em 1980 renovamos a diretoria que há cerca de 10 anos vinha dirigindo o Sindicato, e em 1983 tornamos a renovar parte desta diretoria eleita em 1980.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói vem enfrentando a crise com a cabeça erguida, lutando contra o desemprego desde o início de 82, em campanhas permanentes. Mesmo assim não conseguimos evitar que sua base de 17 mil trabalhadores, em menos de 2 anos fosse reduzida para uma média de 6 mil. Agora, no apagar das luzes com a transição de governo, querem nos extinguir, como fizeram em 1964, com uma diferença: naquela data eles destruíram apenas os trabalhadores, os industriais foram seus aliados e foram amplamente beneficiados com o nosso massacre.

Hoje a situação é diferente. "Eles" vão atingir os trabalhadores atirando no alvo empresarial, diluindo a indústria naval para servirem a interesses que nós desconhecemos mas que não é difícil deduzir. Por exemplo: compras de navios no estrangeiro, repasse de capital às multinacionais, afretamento de navios estrangeiros, etc.

Os metalúrgicos de Niterói estão num impasse. A ameaça de 2.300 demissões nos próximos dias pela C.C.N.

(Estaleiro Mauá), caso não firme contrato de construção de 3 navios para a Petrobrás, intranquiliza os trabalhadores. Isto para nós é o preço da nossa sobrevivência como categoria profissional, e nós estamos decididos a lutar por ela, buscando todos os meios possíveis para que estas demissões não se consumem.

Após fazermos uma peregrinação em Brasília, pelos Ministérios e ir à direção da Petrobrás, notamos que as coisas poderão ficar engasgadas na burocracia, apesar da aparente boa vontade de cada um com quem falamos. Diante deste quadro, chegamos à seguinte conclusão: temos que ir à luta. Já que vão nos liquidar, então vamos morrer lutando. Por isso, na Assembléia do dia 28/02 tomamos as seguintes decisões:

1 — Realizar mais uma manifestação se concentrando no "Triângulo das Bermudas", trecho da Av. Chile, no Rio de Janeiro, que atinge BNDES, BNH, Petrobrás e Caixa Econômica Federal na próxima 3ª feira, após concentração no Sindicato a partir das 07:00 horas.

2 — Caso as contratações Petrobrás X CCN não estejam definidas, interditar o trânsito na Ponte Rio-Niterói, nas imediações dos estaleiros de Niterói.

3 — Daí pra frente muitas outras coisas poderemos pensar, inclusive convocar os 11 mil metalúrgicos de Niterói desempregados para uma caminhada pelo centro da cidade, a fim de fazer umas "compras".

Entendam:

**ESTE É O PREÇO DA NOSSA
VIDA — QUEM PAGAR PRA VER,
VERÁ — Niterói, 01-03-1985**

P/Diretoria (a) Abdias J. dos Santos (Presidente)

EMPREGADOS DO MAUÁ FAZEM PROTESTO NO RIO

Aos gritos de "queremos trabalhar", mil metalúrgicos protestaram ontem pela manhã, em frente à sede da Petrobrás, contra a suspensão do contrato entre a empresa estatal e o Estaleiro Mauá, de Niterói. A Petrobrás já tinha acertado a compra de três navios no Mauá, por US\$ 132 milhões, quando as negociações foram interrompidas, devido à dívida do Mauá com os bancos e às apurações do "Caso Sunamam". Sem as encomendas, o estaleiro ameaça demitir 2.300 pessoas. O assessor de imprensa da Petrobrás, Gilberto Nabum, dialogou com o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, Abdias dos Santos, e prometeu marcar um encontro de uma comissão de empregados do Mauá com um dos Diretores da Petrobrás. Abdias disse que, segundo o estaleiro, as garantias para construção foram dadas pelo Banerj e pelo Sindicato dos estaleiros e, caso os contratos não sejam aprovados, haverá desemprego em massa.

(O GLOBO — 6/3/85)

SINDICATOS PLANEJAM FESTA DE 1º DE MAIO SEM AJUDA OFICIAL

As principais lideranças sindicais paulistas já acertaram que, em princípio, farão unidas uma grande concentração de trabalhadores no dia 1º de Maio na Praça da Sé, centro da cidade, para comemorar o Dia do Trabalhador. A CUT (Central Única dos Trabalhadores), órgão sindical vinculado ao PT, decidiu que a manifestação do 1º de Maio não deverá receber qual-

quer tipo de apoio oficial ou governamental. Amanhã, estarão reunidos o presidente da CUT, Jair Meneguelli (também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), e Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinção, um dos principais líderes da Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), embrião de uma central sindical integrada por líderes moderados, conservadores e outros ligados aos partidos clandestinos, que se opõem ao PT. Um encontro prévio entre Meneguelli e Joaquinção, na semana passada, já havia acertado os pontos comuns para a manifestação de 1º de Maio e ambos concordaram que ela deverá ser feita se apoio oficial. A CUT vai organizar as manifestações de 1º de Maio, em vários estados, com base em cinco reivindicações: reforma agrária, jornada de trabalho de 40 horas, reajuste trimestral, salário desemprego e "recomposição" do salário mínimo.

(JB — 17/3/85)

FAMÍLIAS QUE OCUPARAM TERRENO DA SANTA CASA OBTÉM ESCRITURA

As 760 famílias que invadiram, há pouco mais de um ano, um terreno de 150 mil metros quadrados em Santana, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, conseguiram ontem assinar as escrituras de compra de lotes. Depois de ameaças de expulsão, os moradores conquistaram a intermediação da Fabes — Secretaria da Família e Bem-Estar Social — para a solução do problema. O prefeito Mário Covas promete agora urbanizar o local, pedindo instalação de

água, luz e ruas. Os pagamentos serão feitos durante dois anos e variam de Cr\$ 15 mil a Cr\$ 55 mil por mês. No final, os moradores recebem, segundo o prefeito, a escritura definitiva. Para tranquilizá-los, afirmou que, mesmo havendo mudança de governo, o contrato garante a posse da terra.

(FSP — 14/3/85)

DOCUMENTO FINAL DO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Os 1.500 delegados, representando todos os estados do Brasil, reunidos em Curitiba—PR, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, EXIGEM:

1. Em Relação à Distribuição e Uso das Terras

- 1.01. Que a terra seja para quem nela trabalha.
- 1.02. Que a reforma agrária seja feita sob controle dos trabalhadores.
- 1.03. Que os trabalhadores rurais tenham o poder de decidir como se vai dividir as terras, como se vai cultivar e também sobre a forma de titulação.
- 1.04. Que o governo legalize as terras que forem ocupadas.
- 1.05. Que o tamanho máximo das propriedades seja fixado de acordo com as regiões, não devendo ultrapassar a 500 hectares.
- 1.06. Que o governo desaproprie todas as propriedades acima de 500 hectares.

- 1.07. Que na distribuição das terras se respeitem as necessidades de cada família, de acordo com cada região.
- 1.08. Que o Estado garanta todas as condições de produção e assistência nas terras distribuídas.
- 1.09. Que o governo estimule a produção para o atendimento das necessidades de todo o povo.
- 1.10. Que o governo garanta que a produção respeite a preservação do meio ambiente.
- 1.11. Que o governo aplique, no mínimo, 5% do orçamento da União para a Reforma Agrária.
- 1.12. Que o governo distribua imediatamente todas as terras nas mãos dos governos Federal e Estadual.
- 1.13. Que os assentamentos sejam nos Estados e regiões de origem dos trabalhadores.
- 1.14. Que os governos estaduais possam realizar desapropriação para a Reforma Agrária.

2. Sobre as Multinacionais

- 2.1. Expropriação de todas as terras das multinacionais e proibição de estrangeiros terem terra daqui para frente no Brasil.

3. Colonização

- 3.1. Fim de toda e qualquer colonização dirigida, seja pelo governo, empresa privada ou cooperativas.
- 3.2. Assistência adequada, em todos os níveis, nos projetos de colonização já existentes.

4. Sobre os Órgãos Governamentais

O que queremos em relação ao Ministério Extraordinário para Assun-

tos Fundiários (MEAF), INCRA e os Institutos de Terra de cada Estado (GETAT, SUDAM, CODEVASF, JICA):

- 4.1. Extinção do MEAF, GETAT, SUDAM, CODEVASF e SUDENE e os Institutos de terra dos Estados.
- 4.2. Criação de novos organismos com a participação dos trabalhadores na criação e administração.
- 4.3. Os trabalhadores, ao ocuparem as terras, devem ir criando as suas próprias leis e organismos.
- 4.4. Criação de organismos estaduais com a participação dos trabalhadores, tendo autonomia em relação ao Governo Federal.
- 4.5. Criação de um forum de justiça agrária dentro do Poder Judiciário, com a participação dos trabalhadores.

5. Estatuto da Terra

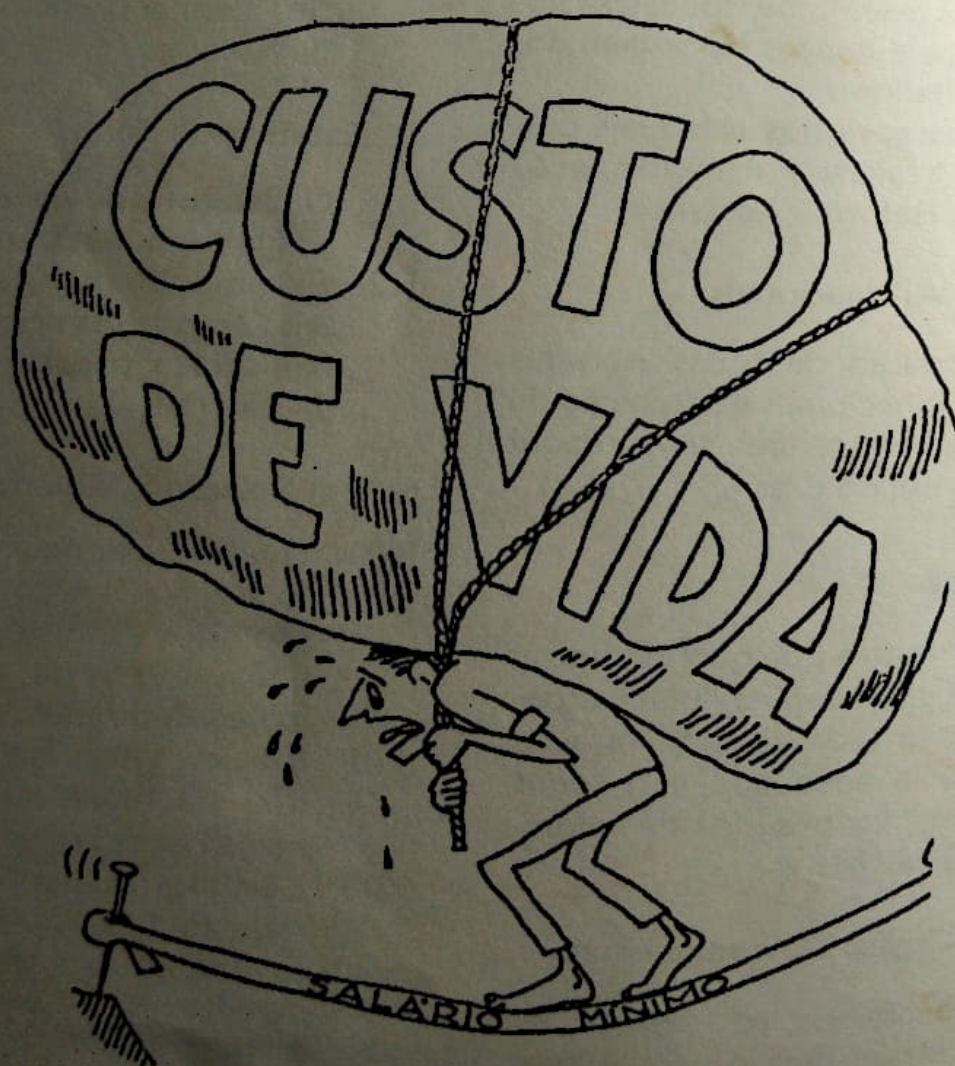
- 5.1. O Estatuto da Terra não presta. Exigimos que seja extinto.
- 5.2. Exigimos que sejam criadas novas leis, com a participação dos trabalhadores a partir da prática e da luta dos mesmos.

6. Em Relação à Violência no Campo

- 6.01. Que o Governo implante a Reforma Agrária com a participação dos trabalhadores como única forma de acabar com a violência no meio rural.
- 6.02. Exigimos segurança para nossa luta de organização do Movimento Sem Terra.
- 6.03. Exigimos que o Governo Federal assuma a apuração de todos os assassinatos e punição dos mandantes e executores dos crimes.

- 6.04. Exigimos que acabe a violência nas ocupações de terra.
- 6.05. Confisco dos bens dos mandantes dos crimes em favor das vítimas e dos trabalhadores.
- 6.06. Que resolvam os problemas da terra sem o uso da polícia.
- 6.07. Que o Governo respeite os direitos do trabalhador rural.
- 6.08. Que o Governo apoie a luta e os organismos dos trabalhadores.
- 6.09. Que a justiça seja igual para todos.
- 6.10. Que o Governo faça controle dos cartórios de registro de imóveis, para evitar a falsificação de registros.
- 6.11. Que a repressão policial seja utilizada contra a criminalidade e não contra os trabalhadores.
- 6.12. Exigimos o desmantelamento de todos os organismos de repressão inclusive os paramilitares.
- 6.13. Exigimos autonomia do poder judiciário e a criação de uma justiça agrária.
- 6.14. Consideramos os Governos Estadual e Federal os responsáveis por todos os atos de violência e assassinatos de trabalhadores e exigimos que o governo acabe com as ameaças e pressões contra os trabalhadores.

●●●●●●●●●●





DEPOIMENTO: COMEÇO DO TRABALHO SINDICAL DENTRO DA FÁBRICA

Natal Cassemiro

Em 1981, quando fui convidado para participar da diretoria do sindicato, meu primeiro trabalho foi de sindicalizar os companheiros e as dificuldades eram enormes. Havia muitos departamentos que, muitas vezes, mandavam o trabalhador embora por qualquer motivo. Lembro-me de dez a doze casos que nós impedimos a dispensa desses companheiros. Foi muito difícil para conseguir espaço, para mobilizar os trabalhadores e de conscientizá-los da importância da organização dentro da fábrica.

Nesta época, na Volks já tinha a tal representação dos empregados que a Volks fez sem o reconhecimento do

sindicato. Para enfrentar isso foi uma "barra pesada", a maioria desse pessoal fazia o jogo da empresa. Eu tinha que enfrentar esse pessoal e a pressão do meu gerente, que muitas vezes fez ameaça de me mandar embora, por causa da minha militância. Ele me perguntava se eu tinha família, se aquilo estava fazendo estava certo, etc.

A meu trabalho dentro da fábrica, eu sempre convocava os companheiros para fazer reunião no sindicato quase todos os dias. Com esse pequeno trabalho o pessoal foi adquirindo confiança em mim. O objetivo dessas reuniões no sindicato era formar uma comissão de fábrica reconhecida pelo sindicato. A minha vontade era de lutar muito porque havia muitos trabalhadores que falavam que nas greves de 78, 79 e 80 nós só nos ferramos. Mas sempre pensei ao contrário. Perdemos economicamente mas politicamente foi um avanço na luta dos trabalhadores de São Bernardo e Diadema e em todo o país.

Mas aí chegou a campanha salarial de 82. Naquela época nas nossas reuniões de diretoria foi muito discutido se nós fazíamos greve ou não. Os trabalhadores das fábricas estavam um pouco desanimados. Mesmo assim achávamos que tínhamos que dar o troco para os patrões. Na Ford não havia problema porque já tinha comissão de fábrica.

Na última reunião de avaliação nós estávamos no sindicato. Era um domingo de manhã: a diretoria me fez uma pergunta: se a Volks parava ou não?. Eu disse que numa linha de produção em que trabalham trinta pessoas se há dez que param, o restante acompanha. E foi o que aconteceu. Quando o pessoal pegou a papeleta de

pagamento e que não constava o aumento que queríamos, começaram a fazer perguntas para mim e mais três diretores (Falcão, Vilmar e o Melo). Aí foi o início de uma paralização da maior fábrica da nossa categoria. A primeira ala que parou foi a ala cinco, onde trabalha e faz a militância. Depois, a ala seis. Nesta greve econômica, a principal tarefa foi aquela de fazer com que o pessoal, sem saber o que fazer. O pessoal só obedecia às nossas palavras de ordem. Houve um momento em que juntou mais de mil companheiros e diziam que iam puxar alguns trabalhadores que estavam parados mas que não participavam das passeatas. O pessoal da "segurança", guardas, coronéis e mais o pessoal do Doeys, não sabiam o que fazer. Lembro-me, que para evitar a dispersão dos trabalhadores e um eminente "quebra-quebra", subi numa ferramenta e felei para os companheiros que não era o momento certo para aquele tipo de coisa. A turma aderiu ao meu apelo. A partir desse dia os trabalhadores tiveram um grande avanço na luta. E o pessoal da empresa passou a respeitar muito mais os trabalhadores em suas organizações próprias.

A partir desse acontecimento, passei a fazer mais reuniões no sindicato com os companheiros. A discussão era, custe o que custar, nós vamos ter a nossa comissão de fábrica legal ou clandestina. Aí o nosso sindicato, vendo a importância de uma comissão na Volks, passou a questionar a empresa para negociar uma comissão. A princípio a empresa nem dava bola, mas nós continuamos a insistir e até denunciávamos para todas as centrais

sindicais. A Volks é uma empresa multinacional e de um alto nível, mas que não dava espaço para se criar uma comissão, sendo que esta existe na Alemanha. Depois de muita pressão dos trabalhadores ela resolveu negociar.

Um que participei no fim. Isso levou mais ou menos seis meses para conseguir fechar as negociações. A empresa pensava que ela ia conseguir o acordo ao modo dela.

Aí veio a campanha salarial de 83. Foi bem mais fácil. Não era só eu e mais três companheiros: éramos mais de 36 companheiros da comissão, os da CIPA e alguns outros. Foi mais uma parada dentro da fábrica, e mais uma vitória política e econômica.

Estávamos preparando uma greve geral. Como todos sabem, quem leva o sindicalismo a sério são poucos. Entretanto participei do 11.º Congresso dos metalúrgicos de São Paulo. Foi tirada uma proposta de que: se o governo aplicasse o expurgo do INPC e tirasse os direitos das empresas estatais, eles encabeçariam a greve geral. As duas coisas foram feitas e o Joaquinção e o Argeu não fizeram nada.

Chegou a campanha salarial dos petroleiros e também o nosso 4.º Congresso. Saiu a proposta de uma greve geral entre os metalúrgicos e os petroleiros. No dia 7 de julho, foi a coisa mais bonita que eu já vi em minha vida: os trinta mil trabalhadores da Volks no meio da Via Anchieta parando o trânsito desde SP a Santos. No dia 8 a greve acabou para retornar no dia 21. Mas no dia 8 o governo interveio no sindicato.

Mesmo com a intervenção, no dia 21 voltamos às ruas novamente com mais fábricas paradas. Veio a intervenção de outros sindicatos combativos.

Bem, companheiros! — lutar com a "máquina" na mão é uma coisa, sem ela é outra. A partir dessas considerações comecei a não concordar com aquelas intervenções em nossos sindicatos. Tive até vontade de sair da fábrica porque todo o espaço conquistado para fazer sindicalismo, a empresa colocava obstáculos. Lógico, diretor cassado, ela podia mandar embora a qualquer momento.

Mas em nossas reuniões de diretoria a discussão era a seguinte: Quem estava disposto a assumir a luta? Concordei em assumir. Depois de dois meses afastado da empresa, voltei à fábrica e exigi o meu retorno ao trabalho com a ajuda da comissão de fábrica voltei ao pé da "máquina". Sofri até humilhação por parte de alguns "iluminados" da empresa. Mas os companheiros sempre me apoiaram, não queriam saber se eu era cassado ou não. Isso me deu muita força. Eu nem podia fazer o serviço que me davam pois a chefia falava em me deixar com tempo livre de novo, mas isso era impedido pela empresa.

Para facilitar o meu trabalho de sindicalista, a comissão de fábrica pediu-me para entrar na CIPA. Mas na época eu não quis entrar porque não gostava deste trabalho.

Continuei no pé da "máquina" e sempre procurado pelos trabalhadores. Nas portas da fábrica fazendo a campanha do Fundo de Greve, ou seja, a campanha dos Cem cruzeiros para o sustento de nossa luta e dentro da mesma. A nossa diretoria ia nas portas de fábrica levar boletins informativos do Fundo de Greve até a pé. Quando havia um carro não havia gasolina, mas não nos intimidamos, fomos em frente.

Chegou a campanha salarial de 84.

Os patrões pensavam que iam acabar com o nosso trabalho não queriam abrir mão de nada. Fizeram um estoque de carros fora da empresa, limparam os pátios e até parecia que eles tinham preparado a greve para nós.

Vendo isso juntamente com a comissão de fábrica fizemos uma avaliação da situação. Vimos que se tivéssemos greve nós estávamos fazendo o jogo Nêem. Então a greve não foi mete... tartaruga... deles. Os "homens" preparados para negociar.

Nesses cinco dias de greve-tartaruga eu não fiquei nem um dia no pé da "máquina". Nós controlamos todo esse acontecimento histórico. Foi o maior avanço que tivemos sem o sindicato na mão.

Veio a eleição da CIPA. Novamente os companheiros da diretoria nos questionaram para participar, principalmente o companheiro Lula e os da comissão. Mesmo não gostando da CIPA resolvi participar. Na minha área os companheiros me elegeram. Depois, fui escolhido pelos companheiros eleitos como vice-presidente. Com isso estou quase totalmente livre para participar da organização dos trabalhadores dentro da fábrica. É isto que me leva a transmitir essa experiência para o movimento popular de minha região e de outros centros do país.

Agora estamos em campanha salarial deste ano e vamos lutar pela redução da jornada, ou seja, 40 horas semanais sem reduzir o salário. Férias em dobro, 100% do INPC, salário profissional e outros. Não sabemos o que vai acontecer, mas minha disposição de luta será sempre a mesma, dependendo de qualquer resultado.

É a fé em Jesus Cristo e em sua proposta libertadora que me motivam

a assumir a luta de classe, visando à sua superação no compromisso com a

instauração da Justiça, com todos os trabalhadores.

Assembléia de aprovação da greve em São Bernardo.



Foto: Fernando A. Rodrigues

OPERÁRIOS DA LIQUIGÁS, CENTRO OPERATIVO, PARALISAM O TRABALHO – OSASCO

Joaquim Miranda

No dia 17.01 trezentos trabalhadores da Liquigás paralisaram o trabalho em virtude de ameaça de dispensa de aproximadamente 15 pessoas. Logo no início foi solicitada a presença de representantes do sindicato que trabalham na empresa para ouvi-los a respeito do assunto. Como primeira medida, estes trataram de reunir o pessoal em assembléia no interior da empresa para identificar com clareza os verdadeiros anseios dos trabalhadores, bem como a formação de uma comissão de seis pessoas, sendo três motoristas e três ajudantes para integrarem a comissão de negociação. Porém, no 1º dia não houve da parte da empresa, sinal concreto para a negociação.

No segundo dia, em assembléia novamente realizada no interior da empresa o pessoal decidiu voltar ao trabalho, porém a essa altura, a comissão dos 6 mais os diretores do sindicato estava negociando com o patrão.

As reivindicações básicas eram 4:

- A não demissão dos 15 operários
- Estabilidade da comissão interna por 4 meses
- Estabilidade de todos os empregados por 2 meses

- Modificação no sistema de trabalho, no aspecto de horário com irregularidades, excesso de produção que era exigida, modificação no sistema de prêmio de venda de gás e mais uma série de irregularidades existentes com o pessoal que distribui gás nas ruas.

No 3º dia o pessoal decidiu parar novamente.

Finalmente, no dia 21.1, após uma nova assembléia, ponderação dos dirigentes sindicais e a promessa da empresa, de imediatamente aceitar as reivindicações dos trabalhadores, o pessoal decidiu por uma votação de 177 contra 6 a volta ao trabalho.

Foi a 1ª greve nos seus vinte anos de existência. Foram 4 dias de enorme tensão, pois a firma opera com material inflamável e é área das que são consideradas Serviços Essenciais, ou seja, onde é proibido fazer greve. Porém, como sempre, nesta hora prevalece o coração das pessoas, o sentido da busca da Justiça e do Direito.

Foi muito grande a união dos trabalhadores e foi grande também a vitória que como sempre, vem da luta.

40 HORAS SEMANAIS
INPC INTEGRAL + AUMENTO REAL
ESTABILIDADE NO EMPREGO
REAJUSTE MENSAL
SALÁRIO PROFISSIONAL



PARTICIPAÇÃO DA MULHER

Gilda Fioravanti

A primeira reivindicação assumida pelas mulheres inglesas e americanas na segunda metade do século XIX e início do XX, foi estender ao sexo feminino o direito de voto, até então restrito aos homens. Ao lado desta questão assumiram a luta pelo direito da instrução, pela regulamentação do trabalho feminino, pela fundação de creches, e reivindicam a ampliação de escolar e amparo às crianças pelo Estado.

No Brasil, entretanto, somente em 1922, através de Berta Lutz e um grupo de companheiras, esse assunto veio à tona. A resistência foi de tal ordem que somente em 1932 o projeto que concedia este direito à mulher foi aprovado. Mesmo assim, é importante ressaltar que o Brasil foi o primeiro

país da América Latina a legislar favoravelmente sobre o assunto. Entretanto, antes da votação da lei, a nível federal, em 1928, as mulheres tiveram permissão para se pronunciarem nas urnas, no Rio Grande do Norte. A cidade de Lages, ainda no Rio Grande do Norte, foi a primeira a ter uma mulher nomeada prefeita.

Os jornais da época traduzem, através de charges, o preconceito existente: mulheres vestidas de homem, de colarinho e gravata, portando uma pasta debaixo do braço que continha a inscrição "voto"; crianças sujas e a casa de cabeça para baixo. Além disso, a legenda: "Se você consentir que sua mulher vote, verifique como sua casa ficará".

A lei, a nível federal, apesar de aprovada em 1932, foi sancionada quase dois anos depois; assim, somente em 1934, as mulheres puderam exercer o direito de voto.

De um modo geral, a nível mundial, podemos afirmar que o feminismo é um movimento social bem recente, não tendo ainda completado 20 anos.

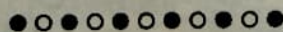
No Brasil, a questão da mulher começa a ser assunto de debate desde o bar da esquina até a universidade. Já existem grupos organizados de mulheres.

São significativas as transformações vividas pela sociedade brasileira nos dias que ocorrem, um dos fenômenos mais relevantes é o impetuoso despertar das mulheres. Nas lutas das fábricas, dos bairros, dos campos e das escolas e das praças públicas, torna-se cada vez mais numeroso o contingente de massas femininas que engrossam as fileiras do movimento democrático e popular, reforçando seu poderio reivindicativo e político.

A participação da mulher na vida política e social de nosso país, particularmente nos anos recentes, tem sido significativa. Desde a gloriosa luta da anistia encabeçada pelo movimento feminino, passando pelas movimentações contra a carestia, pelas reivindicações por creches e pelas atividades na campanha eleitoral, as massas femininas marcaram o seu lugar na história recente.

A presença nos movimentos grevistas, nas manifestações de rua e na já histórica assembleia de 1º de Maio de 1980 no ABC, indicaram a contribuição destacada que as mulheres podem dar à luta da classe trabalhadora. Representando mais da metade da população brasileira, elas são força decisiva em qualquer movimento de massas que se fizer no país. Não se pode fazer transformação social radical sem que se garanta a participação de um número tão grande de explorados como as mulheres.

Houve avanços para a superação de certos preconceitos. A mulher passou a ocupar, com mais frequência, cargos de chefia e funções públicas. Diminuiu o controle das filhas por parte dos pais e a discriminação à mulher separada do marido. Apesar de significarem um passo adiante, essas conquistas ainda são muito limitadas, e estão longe de representar a verdadeira emancipação. Não podemos contentar-nos com a igualdade puramente formal. Nosso dever é lutar pela igualdade econômica e social da mulher. Fazer a mulher participar do trabalho produtivo social, libertando-a da escravidão doméstica, libertando-a do jugo bruto e humilhante, eterno e exclusivo, da cozinha e do quarto dos filhos, antes sua única tarefa. Mas não será nos marcos do sistema capitalista que a mulher se libertará de sua histórica opressão.



Este ano serão realizadas eleições no Sindicato da Construção Civil de B. Horizonte. Este sindicato desde 1964 está sendo dirigido pelas mesmas pessoas, sem ter aparecido novas lideranças para concorrer.

Essa categoria enfrenta sérios problemas como o desemprego, baixos salários; os trabalhadores da Construção Civil nunca são beneficiados pelos dissídios coletivos, porque quando chega o mês do aumento salarial, são despedidos.

A organização desses trabalhadores é dificultada pela rotatividade.

Este ano criou-se uma secretaria de apoio às eleições sindicais, e os militantes da ACO que estão na construção civil estão assumindo com muita garra esse trabalho.

Realizaram um dia de estudo, onde fizeram com os militantes da construção civil uma programação: distribuindo os militantes por bairros

onde existe um maior número de trabalhadores da Construção Civil. Através de discussão querem sindicalizar, e formar grupos de trabalhadores dessa categoria.

Os militantes da ACO da Construção Civil estão realizando o trabalho de formação de grupos na base. Esses militantes já estão acompanhando grupos nos bairros: Lindéia, Água Branca, Novo Riacho, Marilândia, Venda Nova, Bairro do Lugau, Jardim Leblon e com possibilidade de atingir outros bairros. Para ficar sintonizado com a coordenação da oposição sindical tiraram um militante da região industrial e outro da região de Venda Nova para levar e trazer sugestões para os grupos.

A organização dos trabalhadores em torno do seu sindicato é fundamental para defesa dos interesses dos trabalhadores. Cabe aos trabalhadores da Construção elegerem a direção que melhor os represente.





NOTÍCIAS INTERNACIONAIS

SOLIDARIEDADE E A CRIAÇÃO DO FUNDO PARA BEM COMUM – MMTC

Juracy Augusto

Desenvolver a solidariedade do operário internacionalmente é a prioridade central do plano de 4 anos, escolhido desde a assembléia geral de 1983, em Bruxelas — Bélgica.

Esta é lembrada, incentivada, em todas as cartas e relatórios para todos os movimentos e membros do MMTC.

Para nós a solidariedade deve ir muito além do gesto de caridade. No sentido profético, deve nos levar a superar os obstáculos de nossos próprios limites, fronteiras e divisões.

É um compartilhar consciente e luta comum na vida, ação dos nossos movimentos em conjunto, é assim que devemos viver e dar testemunho de nossa fé em Jesus Cristo e de sua mensagem evangélica.

Nossa solidariedade deve crescer cada vez mais, nas greves, nos sindicatos, nas fábricas, na preocupação com os desempregados, no sentido de organizá-los e isto deve crescer nas várias formas de luta. Solidariedade através de pequenos gestos, junto e com a classe operária. Diante de alguns objetivos, também como no caso do Brasil, associar-se e ter contatos, incentivar

cada vez mais as organizações populares. Incentivar a participação da família nos movimentos.

Para favorecer o compromisso de nossos movimentos frente a este grande desafio de desenvolver a solidariedade operária internacional. No conselho tomaram-se algumas decisões importantes:

Durante um ano a informação estará principalmente concentrada com notícias e desenvolvimento da solidariedade internacional, através de intercâmbio entre os movimentos a partir de suas próprias experiências e ações. Por isto todos os militantes e companheiros que quiserem poderão enviar artigos de suas lutas e conquistas para o próprio secretariado na Bélgica. Ainda dentro desta campanha de solidariedade internacional, criou-se um fundo que será mantido com pequenas ajudas de todos os movimentos membros. Esta ajuda se estenderá a todos os movimentos em dificuldades. Esta proposta voltará a ser discutida por uma comissão no próximo Conselho de 1985, em junho próximo.

As conversações terão como tema comum a consciência e solidariedade internacional.

Aqueles que quiserem mandar alguns artigos de nossas lutas poderão

enviar para:

Luc Vos

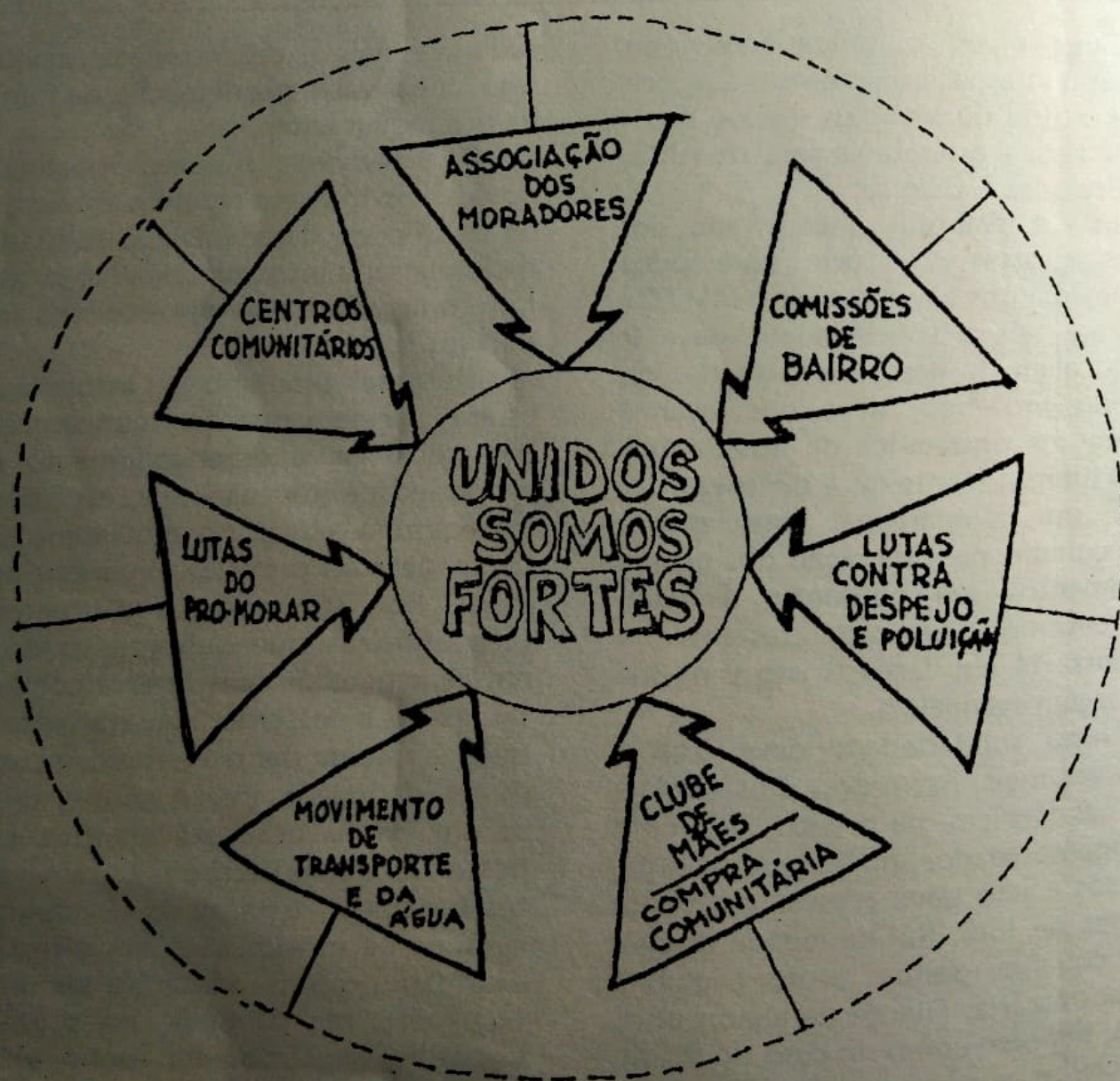
Secretaria Geral do MMTC

Rue de Palais, 90

1030 — Bruxelas — Bélgica

A MISSÃO DO MMTC

é garantir uma presença da Igreja através do militante consciente não apenas nas organizações operárias locais, nacionais, internacionais, como também na grande variedade de organizações nos meios populares inseridos na mesma luta.



EQUADOR: REPRESSÃO E PERSEGUIÇÃO

Carmen Passadé

O Equador é um país da América Latina. Sua economia está baseada, principalmente, na produção de banana, café, cacau, artesanato e extração de petróleo. É auto-suficiente quanto ao petróleo. As indústrias são pequenas e a maioria multinacionais. Vive da exportação de banana e do petróleo.

Grande parte da população é indígena e a maioria está concentrada no campo. Também há mestiços, brancos e os negros são minoria.

A Classe Trabalhadora tem suas organizações: no campo agrupam-se em "comunidades", uma espécie de cooperativa, trabalham comunitariamente no mesmo terreno e dividem entre si a colheita. Através de uma central sindical lutam pela Reforma Agrária, no sentido de ir conquistando a distribuição de terras cuja maioria está na mão de latifundiários. Nas cidades tem organizações de moradores, de mulheres e sindicatos. Há três centrais sindicais: C.T.E., C.E.D.O.C. e C.E.O.S.L., filiadas à F.U.T. (Frente Unitária de Trabalhadores. No governo anterior, em outubro de 1982, a F.U.T. teve atuação importante. Convocou uma greve geral e obteve êxito na paralisação. Reivindicaram: aumento de salários, congelamento de preços, modificação da política econômica e rompimento das negociações com o FMI. Com a greve geral conquistaram apenas melhoria salarial, porém deteriorou-se porque não mudou a política econômica.

Em agosto de 1984, cessou o período de um governo Democrata Cristão. Com a bandeira de "Pão, teto e emprego" ganhou as eleições,

com 3% de diferença, um presidente que é um dos maiores latifundiários do país. Ele e seus ministros representam os interesses da oligarquia nacional e das multinacionais.

Como era de se prever, o governo foi tomando medidas econômicas e políticas anti-povo: aceleração do processo inflacionário anterior e da queda do poder aquisitivo do povo; aumenta importação de produtos que o país produz e reduz os impostos dos produtos importados. Isto acarretará falência de pequenas indústrias nacionais e diminuição da capacidade de produção do artesanato; aumentou o preço da gasolina e também dos produtos de consumo e do transporte coletivo. O trabalhador gasta 17% de seu salário mínimo para o transporte.

Os meios de comunicação coletiva estão fechados à contestação dos atos do governo e a F.U.T. não tem mais a liberdade de contestar como vinha fazendo. Em janeiro de 1984 a F.U.T. conclamou a uma greve geral e a adesão foi parcial. O governo respondeu com repressão policial e prisões. Esta repressão também caiu sobre parcela da Igreja que toma posição a favor dos direitos do povo. O governo usa como arma a calúnia, a difamação e a expulsão de sacerdotes. Esta prática está levando a Igreja Equatoriana (CEBs, Movimentos e Conferência Episcopal) a tomar posição conjunta e a assumir com mais coragem seu papel profético de denúncia e anúncio da Boa Nova de Jesus Cristo. Estes acontecimentos são sinais de que o Reino de Deus se está processando no Equador:

"Bem-aventurados sereis quando os homens vos odiarem, vos expulsa-

rem, vos ultrajarem, e quando repeli-rem o vosso nome como infame por causa do Filho do Homem!

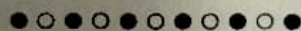
Alegrai-vos naquele dia e exultai, porque grande é o vosso galardão no céu. Era assim que os pais deles tratavam os profetas.

Mas ai de vós, ricos, porque tendes a vossa consolação!

Ai de vós, que estais fartos, porque vireis a ter fome!

Ai de vós que agora rides, porque gemereis e chorareis!"

(Lc. 6, 22-25)



DECLARAÇÃO DE LEONARDO BOFF antes de aceitar a Lei do Silêncio

Frei Leonardo Boff, conforme decisão da Sagrada Congregação da doutrina da fé e da Congregação dos Religiosos e Institutos Seculares do Vaticano, desde o dia 1º de maio deste ano está obrigado à Lei do Silêncio: durante um ano o teólogo franciscano estará proibido de dar entrevista, fazer conferências, ministrar cursos e escrever textos para publicação, sob pena de perder o uso de ordens.

Antes porém deste silêncio total, que ele decidiu acatar confiante na continuidade de uma verdadeira teologia da libertação, deu os seguintes esclarecimentos à opinião pública:

"Por decisão de Roma estou na impossibilidade de pronunciar-me em público durante um tempo conveniente. Antes de entrar nesse tempo de silêncio penitencial, pareceu-me oportuno deixar claras algumas posições passíveis de equívocos:

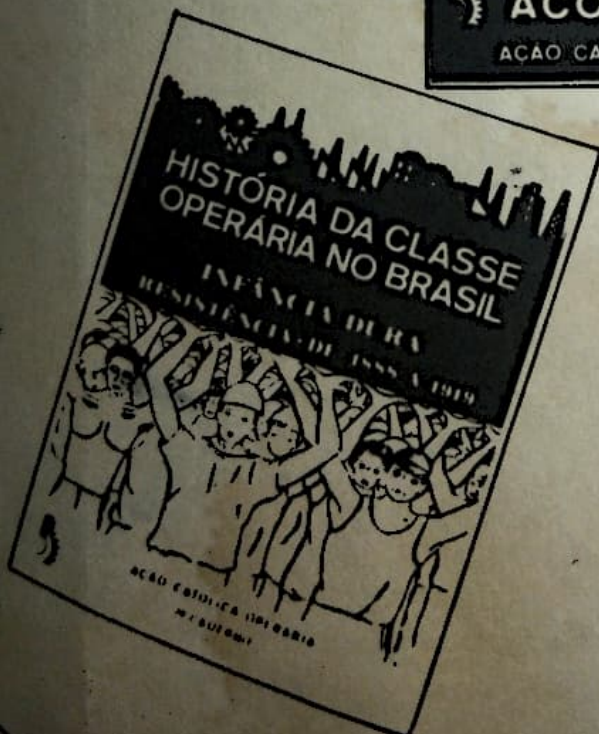
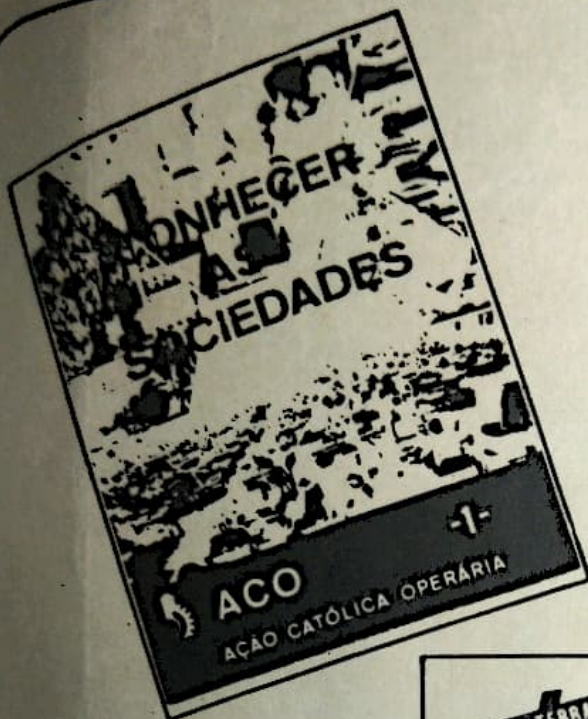
"1. Declaro que não sou marxista. Como cristão e franciscano, sou a favor das liberdades, do direito de religião e da nobre luta pela justiça em direção a uma sociedade nova.

"2. Reafirmo que o Evangelho se destina a todos, sem exceção. Entretanto, reconheço que este mesmo Evangelho privilegia os pobres porque eles constituem as maiorias sofredoras e porque são os preferidos de Deus, de Cristo e da Igreja.

"3. Entendo que numa situação de opressão como a nossa, a missão da Igreja deve ser, sem equívocos, libertadora.

"4. Estou convencido que as medidas tomadas a meu respeito não anulam a necessidade de, em comunhão com o magistério, se continuar avançando na elaboração de uma autêntica Teologia da Libertação.

"5. Caberá, doravante, às instâncias competentes fornecer maiores informações.



CONHEÇA NOSSAS COLEÇÕES DE LIVROS PARA FORMAÇÃO DE MILITANTES

1. Ver, Julgar e Agir pelos 4 lados à luz da Bíblia.

Esta coleção compreende 5 livros, cada um aprofundando determinados aspectos. Três já foram publicados:

- Jesus, Sua Terra, Seu Povo, Sua Proposta
- Conhecer as Sociedades
- Revisão de Vida: Conhecer para Transformar, cujo subtítulo originou o nome desta coleção.

Os dois primeiros já são bem conhecidos.

Este último, nos dá uma visão global do Ver, Julgar e Agir de Jesus e nosso método de formação da ACO — reconhecido hoje universalmente como a melhor ferramenta para a formação pastoral e compromisso com a libertação das pessoas e mudança das estruturas.

- *História da Libertação dum Povo (a Bíblia)* e *"As Sociedades das Tribos de Israel"* estão para sair.

2. História da Classe Operária

Esta coleção compreende também 5 cadernos. Os números 1, 2 e 3 contam a História da Classe Operária, desde a descoberta do Brasil, de 1500 a 1945. Os 3 números já estão na 3ª edição.

Dentro em breve esperamos poder publicar os cadernos 4 e 5, completando assim esta coleção tão procurada pelos grupos populares e operários de todo o país e da América Latina.

A coleção toda expressa o ponto de vista dos trabalhadores e sua participação na confecção da mesma.

Mandel do Ô, embora se refira aos ferroviários do Nordeste, também foi incluído nesta coleção porque é um documentário importante da História da Classe Operária daquela região.

3. Outros livros da ACO:

Caderno Verde (decisões dos Congressos)

Caderno Amarelo (Conselho Ampliado de 1980)

Estatuto Social

História da ACO (no prelo)

Assumir (boletim) com assinatura

Construir (boletim) com assinatura

Cantando Nossa Libertação (cancioneiro da ACO)

Comissão Nacional de Publicações da ACO

Para Pedidos:

Ação Católica Operária — ACO

Rua do Chichorro, 62 — Catumbi

20211 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: (021) 242-7732

